



**CATÓLICA PORTO**  
EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

Porto, Junho de 2012

**DINÂMICAS SOCIOPEDAGÓGICAS**  
**DESAFIOS DE COORDENAÇÃO E GESTÃO**  
**SOCIOCOMUNITÁRIA**

Relatório Reflexivo apresentado à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do  
grau de Mestre em Ciências da Educação

- Especialização em Pedagogia Social -

Por

Rui Pedro Sambento Amado



**CATÓLICA PORTO**  
EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

Porto, Junho de 2012

**DINÂMICAS SOCIOPEDAGÓGICAS**  
**DESAFIOS DE COORDENAÇÃO E GESTÃO**  
**SOCIOCOMUNITÁRIA**

Relatório Reflexivo apresentado à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do  
grau de Mestre em Ciências da Educação

- Especialização em Pedagogia Social -

Por

Rui Pedro Sambento Amado

Sob a orientação da  
Professora Doutora Isabel Baptista

## **Agradecimentos**

À Professora Doutora Isabel Baptista, por ser uma inspiração de vida e uma luz brilhante que tem iluminado o meu percurso pessoal e profissional. Pelo seu sentido de humanidade, pelo seu exemplo ético e por todos os seus ensinamentos. E, sobretudo, por nunca ter deixado de acreditar em mim, renovando a minha confiança, motivação e vontade para percorrer este caminho. Por tudo isto, o meu eterno agradecimento, com o desejo que o nosso encontro perdure no futuro.

Ao Professor Doutor Joaquim Azevedo, Presidente do CRP/UCP, pelo seu exemplo cívico e de cidadania, e pela sua confiança e estima, que muito me honra.

Ao Doutor João Trigo e aos membros do Consórcio do Projeto Raiz, pela confiança que depositaram em mim desde 2004, pelo seu exemplo profissional e pela promoção de um sentido de exigência e rigor constantes na minha ação profissional.

À Equipa de Pedagogia Social da Faculdade de Educação e Psicologia da UCP, pelo acolhimento e hospitalidade com que sempre me receberam, pelo seu apoio, motivação e amizade constante.

À Equipa do Programa Escolhas 1ª Geração, pela partilha dos desafios de construção de um percurso profissional alicerçado nos valores do respeito, reconhecimento e amizade.

A todas as crianças, jovens e famílias participantes no Projeto Raiz, pela sua alegria de vida, por tudo o que me ensinaram, e pelo carinho e respeito que sempre tiveram por mim.

Ao meu pai, à minha mãe, e ao meu irmão, pelo seu amor, educação e amizade que me tornaram na pessoa que sou hoje.

A todos, o meu sincero obrigado.

# ÍNDICE GERAL

<b>Sumário Executivo</b> .....	4
<b>Executive Summary</b> .....	7
<b>Introdução</b> .....	9
<b>Parte I</b>	
<b>Percorso Profissional: Sentidos de um Caminho em Aberto</b>	
1. Formação Inicial.....	11
2. Entrada na Vida Profissional.....	13
3. Coordenação e Gestão de Projetos Sociocomunitários.....	15
<b>Parte II</b>	
<b>Desafios da Dinamização Sociopedagógica</b>	
1. Projeto Raiz – Programa Escolhas .....	22
2. Trabalho Sociopedagógico em Rede.....	38
3. Coordenação de Equipas Multiprofissionais.....	42
4. Ética e Valores Profissionais.....	46
5. Equipa de Pedagogia Social – FEP-UCP .....	52
<b>Considerações Finais</b>	
Desafios de Formação-Ação.....	56
<b>Bibliografia</b> .....	64
<b>Outras Referências</b> .....	67
<b>ANEXOS</b> .....	68

## **ÍNDICE DE QUADROS**

Quadro 1: Plano de Atividades do Projeto Raiz – Medida I .....	31
Quadro 2: Plano de Atividades do Projeto Raiz – Medida II .....	32

## **ÍNDICE DE FIGURAS**

Figura 1: Atividade “Centro de Estudos” .....	33
Figura 3: Atividade “Encontros Pais e Filhos” .....	33
Figura 2: Atividade “Apoio Escolar Individual” .....	33
Figura 4: Atividade “Formação Parental” .....	34
Figura 5: Atividade “Colónia de Férias” .....	34
Figura 6: Atividade “Oficina de Expressões Plásticas” .....	35
Figura 7: Atividade “Sport Raiz” .....	35
Figura 8: Atividade “Assembleia de Jovens” .....	35

## **ÍNDICE DE ANEXOS**

Anexo 1: “Plano de Actividades do Projecto Raiz-NC-039” – Programa Escolhas – Janeiro a Junho de 2012	
Anexo 2: “Plano de Actividades do Projecto Raiz-NC-039” – Programa Escolhas – Julho a Dezembro de 2012	
Anexo 3: “Relatório de Avaliação Central do Projecto Raiz-NC-039” – Programa Escolhas – Janeiro a Dezembro de 2011	
Anexo 4: “Ofício – Avaliação Anual – Recomendações ao Projecto N-053 – “Raiz” – Programa Escolhas – Março 2009	

## Sumário Executivo

Este Sumário Executivo refere-se ao Relatório Reflexivo elaborado no âmbito do curso do Mestrado em Ciências da Educação, especialização em Pedagogia Social, da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa (FEP-UCP).

O documento em referência centra-se na análise das experiências consideradas mais relevantes numa perspetiva de desenvolvimento profissional, com especial destaque para o período entre 2001 e 2012 e tendo por base uma reflexão crítica sobre a nossa atividade enquanto técnico de ação socioeducativa com responsabilidades de coordenação pedagógica.

No seguimento do percurso académico iniciado aquando da frequência do programa curricular do curso de Mestrado em Ciências da Educação, especialização em Pedagogia Social da FEP-UCP (concluído no ano 2006), em termos de abordagem conceptual e metodológica recorreremos ao quadro teórico desta área disciplinar, tentando fundamentar um conjunto de desafios de reflexão-ação no âmbito de uma racionalidade sociopedagógica. Enquanto ciência da educação que enquadra a *práxis* socioeducativa na pluralidade das suas dimensões, a Pedagogia Social fornece-nos ferramentas teóricas especialmente ricas quando se trata de procurar significados para a realidade socioeducativa, potenciando esquemas de reflexão conducentes a uma sabedoria prática.

O Relatório começa com uma introdução de carácter global, encontrando-se estruturado em duas partes fundamentais. A primeira parte relata as etapas principais do nosso percurso profissional, valorizado como caminho em aberto. Essas etapas correspondem à formação inicial, à entrada na vida profissional e, por último, à coordenação e gestão de projetos sociocomunitários. A nossa primeira experiência profissional na área da educação escolar (docência no ensino Básico e Secundário) levou-nos ao contacto com as temáticas relativas aos modos de vivência juvenil na sociedade atual, mas foi sobretudo com a entrada na vida profissional no âmbito do trabalho social que nos confrontámos com contextos de fragilidade humana e com os fenómenos, visíveis e invisíveis, da exclusão social. Este processo de consciencialização profissional converge para a atividade de coordenação e gestão de projetos sociocomunitários, exercida atualmente.

Neste sentido, a segunda parte do Relatório centra-se fundamentalmente nesta última etapa de vida profissional, tentando evidenciar os desafios que nos são colocados

no âmbito da dinamização de iniciativas sociopedagógicas e da coordenação de equipas multiprofissionais num quadro de trabalho em rede entre diferentes atores sociais. Um trabalho deste tipo requer mentalidades abertas e cooperantes que ajudem a suportar comportamentos consonantes com valores profissionais e sociais de elevada exigência ética. As questões éticas ocupam assim um lugar fundamental na nossa reflexão, considerando que elas atravessam transversalmente todas as dimensões da intervenção socioeducativa, começando pelas competências dos próprios técnicos.

O universo empírico que nos serve de referência diz respeito ao Projeto Raiz, um projeto de intervenção sociocomunitária de promoção social das crianças, jovens e famílias dos bairros de habitação social de Ramalde e das Campinas, concelho do Porto. O Projeto Raiz é financiado pelo Programa Escolhas, um programa governamental de financiamento de projetos de intervenção social local que visa promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos vulneráveis, privilegiando um tipo de intervenção territorial desenhada numa lógica de constituição de redes de parcerias, designadamente de consórcios de instituições locais.

O consórcio do Projeto Raiz é liderado pelo Colégio de Nossa Senhora do Rosário (CNSR) e integrado pelas instituições locais mais relevantes da comunidade de Ramalde, nomeadamente, a Junta de Freguesia de Ramalde, o Agrupamento de Escolas do Viso, a Paróquia de Ramalde, a Associação de Solidariedade e Ação Social de Ramalde, a Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina, a Obra do Frei Gil – Porto e a Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa, Porto. Estamos, pois, perante uma dinâmica de parceria social particularmente significativa. Neste contexto, cabe ao diretor técnico estabelecer as mediações necessárias entre o Consórcio, as equipas de trabalho e os destinatários da intervenção, neste caso crianças e jovens em situação de risco ou vulnerabilidade e respetivas famílias.

Conforme surge explicitado, a parceria com a FEP-UCP permitiu que, a par das funções de diretor técnico do Projeto Raiz e, nessa qualidade, beneficiário de uma supervisão sociopedagógica de carácter académico, viéssemos também a assumir progressivamente responsabilidades como colaborador permanente da área de Pedagogia Social sob a orientação do Professor Doutor Joaquim Azevedo e da Professora Doutora Isabel Baptista, designadamente ao nível de iniciativas de mediação social e dos projetos de formação contínua dirigidos aos agentes de intervenção socioeducativa.

O trabalho desenvolvido no âmbito desta participação académica (2005-2012) permitiu o apuramento de competências específicas e de cunho sociopedagógico que se revelaram de importância crucial ao nível de uma intervenção técnico-profissional cada vez mais qualificada. Com efeito, a nossa inserção na pequena equipa de Pedagogia Social da FEP-UCP propiciou-nos experiências de comunidade interprofissional extremamente valiosas, permitindo-nos refletir e atuar em conjunto com colegas professores, educadores de infância, educadores sociais, sacerdotes, animadores socioculturais, técnicos de serviço social e outros.

Consideramos assim que esta oportunidade constitui, de facto, um verdadeiro desafio de formação-ação, conforme surge destacado nas considerações finais que rematam este Relatório.

## Executive Summary

The present Executive Summary concerns the Reflexive Report produced by the Master's degree in Education Sciences – Social Pedagogy specialty – of the Faculty of Education and Psychology of the Portuguese Catholic University (FEP-UCP).

The present document concerns the experiences considered the most relevant in a professional development perspective, with a special focus in the period between 2001 and 2012, and anchored in a critical reflection over our own activities while socio-educational technicians with pedagogical coordination responsibilities.

Following an academic path initiated with the frequency of the curricular program of the Master's in Educational Sciences – Social Pedagogy specialty – of the FEP-UCP (concluded in 2006), in terms of conceptual and methodological approach we will draw from the theoretical literature of this disciplinary area, trying to set the challenges of the reflection-action within the scope of the socio-pedagogical rationale. As an educational science which frames socio-educational *praxis* in its plural dimensions, Social Pedagogy provides us with extra valuable theoretical tools when it comes to seek meanings for socio-educational reality, valuing reflection schemes conducting to practical knowledge.

The Report initiates with a global introduction, being later structured into two fundamental parts. The first part concerns the main stages of our professional path, valued as an open one. These stages correspond to the initial training, to the entrance in professional life and, at last, the coordination and management of social and community projects. Our first professional experience in schooling (teaching in Basic and High schools) lead us to come to terms with themes regarding youth living practices in present day society, but it was mainly with the entrance in the social work profession that we confronted ourselves with contexts of human frailty and with the phenomena – both visible and unseen – of social exclusion. This process of obtaining professional conscience later converges to the activity of project coordination and management presently being conducted.

In this sense, the second part of the Report centres especially in this last stage of our professional path, trying to put into evidence the challenges presented to us while stimulating socio-pedagogical initiatives and while coordinating multi-professional teams and networks of social actors. To perform socio-pedagogical activities in network require an open and cooperating mind, and a behaviour framed by highly ethical

professional and social values. Ethical questions thus play a key-role in our reflection, considering that they cross through all the socio-educational intervention dimensions, starting with the skills of technicians themselves.

The empirical universe that serves as reference to us concerns the Raiz Project, a social and community intervention project for the social promotion of children, youths and families from the social housing neighbourhoods of Ramalde and Campinas, in the parish of Ramalde, district of Porto. The Raiz Project is funded by Escolhas Program, a governmental program funding social intervention projects which promote the social inclusion of children and youths from vulnerable socio-economical contexts, valuing a model of territorial intervention conceived in a logic of partnership constitution, namely consortiums with local institutions.

In this sense, the Raiz Project consortium is led by Nossa Senhora do Rosário College (CNSR), and integrated by the most relevant local institutions of the community of Ramalde, namely the Ramalde Parish Council, the Viso Schools Cluster, the Parish of Ramalde, the Solidarity and Social Action Association of Ramalde, the International Catholic Association of the Feminine Youth, the Frei Gil Foundation in Porto and the Faculty of Education and Psychology of the Portuguese Catholic University, in Porto. This partnership with the FEP-UCP allowed us to, hand-in-hand with the function of technical director of Raiz Project – and, in that quality, beneficiary of academic socio-pedagogical supervision – progressively assume responsibilities as a permanent collaborator in the area of Social Pedagogy under the guidance of Professor Doctor Joaquim Azevedo and Professor Doctor Isabel Baptista, namely at the level of social mediation and of continuous formation projects for agents of socio-educational intervention.

Work conducted amidst this academic participation (2005-2012) allowed for the clearance of specific socio-pedagogical skills which revealed themselves as being highly important for an increasingly qualified technical-professional intervention. As a matter of fact, our participation in the small team of Social Pedagogy of FEP-UCP provide us with extremely valuable inter-professional community experiences, which also allowed us to think and act together with fellow teachers, childhood educators, social educators, priests, socio-cultural animators, and social service technicians amidst others. This opportunity constitutes, in fact, a real formation-action challenge, as we highlight in the final considerations of this Report.

## **Introdução**

O trabalho que agora se apresenta corresponde a um Relatório de reflexão centrado na análise crítica do nosso percurso profissional, abordando as principais etapas deste percurso e de que modo elas contribuíram para o apuramento de competências profissionais no domínio da intervenção socioeducativa num quadro de ação balizado por exigências de desenvolvimento sociocomunitário.

O Relatório foi elaborado no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação, especialização em Pedagogia Social, ministrado pela Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa e sob a orientação da professora Doutora Isabel Baptista. Deste modo, demos seguimento ao percurso formativo iniciado com a frequência anterior do curso de Mestrado, que correspondeu à certificação de Pós-Graduação em Pedagogia Social (2005-2006).

Refletir sobre a nossa própria vida implica sempre e necessariamente, um “olhar” interior e subjetivo, gerador muitas vezes de sentimentos contraditórios. Estando em causa um trabalho reflexivo sobre etapas de vida temporalmente próximas e plenas de acontecimentos marcantes, tanto do ponto de vista pessoal como profissional, leva a fazer determinadas escolhas em detrimento de outras.

Como notou Marc Augé, toda a memória crítica pressupõe a erosão do esquecimento. “As recordações são moldadas pelo esquecimento como os contornos da costa pelo mar” (Augé, 2001). Neste sentido, o que é que neste caso é realmente importante registar? O que é que vale a pena recordar ou esquecer?

Sem perder de referência os objetivos deste exercício crítico e na consciência deste fator de subjetividade inerente ao ato de recordar/esquecer, procurámos seguir linhas de racionalidade balizadas pela Pedagogia Social, de modo a conseguir tirar as devidas lições da experiência vivida. Afinal de contas, aprender na e com a vida, constitui um dos eixos fundamentais da Pedagogia Social enquanto ciência vocacionada para o enquadramento da formação ao longo da vida, ou seja, da educação dita “extra-escolar”, (Azevedo, 2001; Carvalho & Baptista, 2004).

Assumindo este princípio de aprendizagem contínua, em termos metodológicos procurou-se seguir um modelo interpretativo e hermenêutico, centrado na análise crítica de determinadas etapas de percurso profissional, traduzida numa descrição pontuada por eixos de reflexão de carácter sociopedagógico.

Deste modo, este Relatório encontra-se organizado em duas partes fundamentais, a primeira das quais dedicada à apresentação das etapas que mais nos marcaram e respeitantes a: formação académica inicial e experiência profissional nas áreas da educação escolar, da intervenção socioeducativa e na coordenação e gestão de projetos sociocomunitários.

Na segunda parte, e relativamente à prática de coordenação e gestão de projetos sociocomunitários, destacamos as nossas funções no Projeto Raiz/Programa Escolhas, designadamente na gestão de iniciativas, na coordenação de equipas técnicas e na participação em dinâmicas de formação-ação na área da Pedagogia Social sob o enquadramento da FEP-UCP. Conforme se detalhará, a oportunidade de envolvimento na qualidade de colaborador permanente (desde 2005) nas dinâmicas de mediação social e de formação-ação promovidas pela equipa de Pedagogia Social da FEP-UCP, representaram um ponto alto no nosso percurso formativo. É sobretudo neste contexto que surgem as interpelações mais significativas ao nível dos desafios de formação-ação.

O Relatório termina com considerações finais de carácter global, sublinhando os aspetos mais relevantes deste trabalho crítico, ele mesmo vivido como etapa formativa fundamental da nossa vida, com implicações no plano pessoal, como profissional.

Para todos os efeitos e considerando todos os saberes e experiências capitalizadas, atualmente reconhecemo-nos no perfil de “pedagogo social”, com tudo o que tal significa em termos de responsabilidade académica, técnica e ética.

## **Parte I**

### **Percurso Profissional: Sentidos de um Caminho em Aberto**

#### **1. Formação Inicial**

O nosso processo de formação começou a estruturar-se a partir da entrada no sistema nacional de educação público, tendo sido frequentado os ensinos primário, básico, secundário e superior. Esta fase de qualificação revelou-se de extrema importância para o nosso desenvolvimento pessoal e social. A frequência do ensino secundário, nos anos letivos entre 1991 e 1994, correspondeu à aquisição e desenvolvimento de aprendizagens de diferentes áreas e disciplinas tendo sido marcada pela opção de seguir os estudos na área científica das humanidades, consolidando-se uma inclinação pessoal para o estudo dos saberes científicos relacionados com todos os aspetos da vida social, cultural, artística, filosófica, moral e histórica do ser humano. Das várias disciplinas constituintes do currículo académico das humanidades neste período, destacamos as que tiveram maior importância para o desenvolvimento da matriz do nosso pensamento, nomeadamente, as línguas (Português, Inglês e Francês), a História, a Filosofia, a Sociologia e a Antropologia.

Iniciamos assim neste período a aprendizagem e conhecimento da história da evolução da humanidade, da história da ciência e da tecnologia associada ao desenvolvimento humano ao longo de diferentes épocas históricas, da diversidade social e cultural da humanidade e de que é essa especificidade que a torna tão rica, única e singular. Consideramos, pois, que a estruturação deste nosso pensamento deve-se ao estudo destas diferentes disciplinas da área das humanidades, destacando em especial a frequência da disciplina de Antropologia, o que influenciaria mais tarde a nossa opção ao nível do ensino superior universitário. Imbuídos do espírito científico da área das humanidades, a nossa formação inicial entra numa fase mais estruturada e exigente em 1994, ao iniciarmos os estudos no ensino superior na Licenciatura de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, solidificando a nossa formação pessoal e científica.

Importa salientar que iniciámos os estudos no ensino superior em Antropologia com uma visão romantizada sobre a humanidade e a sua realidade social e cultural,

baseada nas narrativas clássicas da Antropologia do século XIX, do antropólogo-explorador das expedições científicas por territórios desconhecidos dos países ocidentais, sobretudo no continente africano e sul-americano e que partia para mundos desconhecidos durante vários anos para estudar as culturas de povos e civilizações habitualmente tratados como “primitivos” pelos países europeus. No entanto, esta noção redutora foi-se desvanecendo ao longo dos anos e a nossa formação em Antropologia foi-se enriquecendo com o conhecimento de inúmeras práticas e áreas profissionais onde a Antropologia tem estado presente na sociedade atual, com ênfase para a “antropologia da vida quotidiana” defendida por autores como Marc Augé (1994; 2001).

A formação superior em Antropologia foi estruturada por uma divisão desta ciência em duas áreas distintas, o ramo da Antropologia Física e o ramo da Antropologia Social e Cultural, tendo os dois primeiros anos da licenciatura disciplinas de ambas as áreas, sendo que a partir do terceiro ano foi necessário escolher uma área de especialização num destes ramos distintos. Os conhecimentos adquiridos nestes dois anos iniciais da licenciatura foram de extrema importância para a construção geral de um pensamento científico e crítico. No entanto, após estes dois primeiros anos, a nossa escolha para a especialização durante o terceiro e o quarto ano da licenciatura teve que ser necessariamente no ramo da Antropologia Social e Cultural, dada a identificação, a proximidade pessoal e um maior interesse académico em prosseguirmos os estudos nesta área.

Ao optar por seguir os estudos nesta área de especialização, tivemos a oportunidade de aprofundar as aprendizagens e os conhecimentos sobre a complexidade dos fenómenos sociais inerentes à vida do ser humano e às suas relações sociais estabelecidas em contexto social, cultural e ambiental. Mais do que o conhecimento de povos e culturas ancestrais, foi o estudo da realidade atual e dos fenómenos que envolvem o ser humano que predominou durante estes anos de especialização na licenciatura, e isto numa época histórica de grandes mudanças sociais a nível mundial, como o desenvolvimento das novas tecnologias da informação, a massificação da rede global de internet, o surgimento de novas realidades sociais (e virtuais) e os impactos que essas mudanças tiveram no ser humano, nas suas relações e no seu posicionamento no mundo global.

A formação em Antropologia permitiu-nos sobretudo adquirir e desenvolver uma formação humanista e intimamente relacionada com os valores dos direitos humanos. Uma formação que possibilitou o desenvolvimento de uma consciência global

das diferentes culturas e realidades sociais do ser humano, da adaptação da humanidade a diferentes contextos ambientais e territoriais, da complexidade do pensamento e dos comportamentos humanos e da complexidade dos fenómenos sociais inerentes aos diferentes modos da humanidade pensar, sentir e ver o mundo.

Nesta perspetiva, encaramos o desenvolvimento humano tal como vem estipulado na “Declaração dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio” (2000) onde a par da definição de objetivos para o desenvolvimento humano (que abrangem áreas desde a redução da pobreza até ao meio ambiente) se declara que “para além das responsabilidades que todos temos perante as nossas sociedades, temos a responsabilidade colectiva de respeitar e defender os princípios da dignidade humana, da igualdade e da equidade, a nível mundial”. Ou seja, reconhecemos que esta preparação académica nos forneceu as bases fundamentais para a compreensão da Pedagogia Social, enquanto “forma privilegiada de antropologia prática” numa lógica de “antropologia de proximidade” (Baptista, 2007a, 2007b) e de desenvolvimento humano alicerçado numa consciência global sobre os bens comuns da humanidade e valorizando todas as espécies vivas do planeta.

## **2. Entrada na Vida Profissional**

Em 1998, ainda enquanto estudante da Licenciatura de Antropologia, iniciámos o nosso percurso profissional. Na altura, a saída profissional que mais se destacava para um licenciado em Antropologia era concorrer para ser professor da disciplina de Geografia no ensino básico e secundário do sistema nacional de educação, uma vez que os licenciados em Antropologia tinham no quadro das habilitações para a docência do Ministério da Educação “habilitação suficiente” para lecionar esta disciplina. Assim, concorreremos ao regime de Concurso para Professores Contratados designado “mini-concursos” do Ministério da Educação de contratação de professores para o ano letivo de 1998-1999, tendo sido colocados na Escola E.B. 2,3 João Garcia Bacelar, no concelho de Cantanhede. Nesta escola lecionamos a disciplina de Geografia nas turmas do 9º ano de escolaridade e assumimos, também, as funções de Diretor de Turma.

Esta experiência profissional decorreu até Fevereiro de 1999, sendo colocados nesse mês na Escola E.B. 2,3 Dr. João de Barros, no concelho da Figueira da Foz,

desempenhando funções até ao final desse ano letivo. Nesta escola lecionamos a disciplina de Geografia nas turmas do 9º ano de escolaridade e a disciplina de Mundo Atual numa turma de “Currículos Alternativos” do 8º ano de escolaridade, onde tomamos contacto com jovens oriundos de contextos e zonas vulneráveis e degradadas do concelho da Figueira da Foz, sensibilizando-nos para as problemáticas da exclusão social inerentes a estas populações. Nesta escola assumimos, também, as funções de Delegado do Grupo Disciplinar de Geografia.

Em Outubro de 1999, concorremos novamente ao regime de Concurso para Professores Contratados “mini-concursos” do Ministério de Educação para o ano letivo de 1999-2000. Assim, somos colocados na Escola Secundária de Arganil, concelho de Arganil, durante todo o ano letivo. Nesta escola lecionamos a disciplina de Geografia às turmas do 9º e 11º ano de escolaridade, a disciplina de Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social às turmas do 12º ano de escolaridade e a disciplina de Oficina de Expressão Dramática às turmas do 10º, 11º e 12º ano de escolaridade. Além disso, desempenhamos, também, as funções de Secretário da Direção de Turma. Ainda no ano de 1999, terminamos o curso de Antropologia obtendo o grau académico da Licenciatura em Antropologia pela Universidade de Coimbra. Em termos de balanço, consideramos que este percurso profissional na área da educação escolar se revelou profundamente enriquecedor enquanto experiência pessoal e, sobretudo, enquanto sensibilização para a experiência pedagógica. Valorizamos neste sentido o contacto com a instituição educativa, com os seus processos metodológicos e processuais.

Este contexto de trabalho deu-nos a oportunidade de desenvolver uma consciência pedagógica que ultrapassa os limites da educação escolar, tomando consciência da importância do lugar da educação no desenvolvimento social e comunitário e na promoção da educabilidade do ser humano numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida. Revemo-nos assim no conceito de educação fundada nos quatro pilares de aprendizagens fundamentais de “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser” recomendados no relatório da UNESCO produzido pela Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI e coordenado por Jacques Delors (1996).

A experiência profissional na área da educação permitiu-nos, igualmente, contactar com diversos grupos de jovens oriundos de contextos socioeconómicos e culturais muito diferentes entre si, de meios urbanos e rurais e com experiências de vida, modos de pensar e comportamentos distintos, o que nos levou à estruturação de uma

reflexão sobre as vivências e as dinâmicas juvenis contemporâneas. É, assim, fruto desta experiência que o nosso percurso profissional envereda pela área do trabalho social e do desenvolvimento sociocomunitário. Neste alinhamento, destacamos de seguida a oportunidade de aprendizagem vivida como técnico de intervenção socioeducativa no âmbito da coordenação e gestão de projetos sociocomunitários.

### **3. Coordenação e Gestão de Projetos Sociocomunitários.**

A partir da década de 1990 começaram a surgir em Portugal diversas agências e programas de financiamento de projetos de intervenção social dirigidos às populações marginalizadas do país. Muitos destes fundos serviram para financiar agentes de ação social privados, como as Instituições Particulares de Solidariedade Social, mas, também, projetos e programas de intervenção social públicos. Financiamentos como o “Programa de Luta Contra a Pobreza”, a constituição das Redes Sociais Concelhias, o Programa “Ser Criança”, o surgimento da prestação social “Rendimento Mínimo Garantido” (atual Rendimento Social de Inserção) ou o Programa Escolhas.

O surgimento destes projetos e programas foi acompanhado por um novo tipo de discurso social, assente em políticas públicas de territorialização dos projetos sociais e na noção de contrato e de parceria, pondo a tónica numa lógica de implicação e participação dos atores locais no desenvolvimento da ação social. O Estado mantém assim a sua relação de autoridade social através destas novas políticas sociais de cariz horizontal e passa a contratualizar com estes agentes públicos e privados o financiamento de projetos sociais (conciliando interesses públicos e privados), de âmbito local e territorial e constituídos por redes de parceiros (consórcios), maximizando assim sinergias para combater as “gritantes desigualdades sociais e focos crescentes de exclusão social” (Azevedo, 2001).

Surgem então inúmeros projetos de intervenção socioeducativa por todo o país, sustentados por diversas redes de parcerias nas suas candidaturas, conferindo-lhes inovação, legitimidade, prestígio e maior ou menor poder de ação, consoante o próprio poder institucional de cada uma das instituições que estruturam e compõem estas redes de parcerias.

Refletindo sobre a experiência adquirida neste âmbito, podemos referir que os problemas sociais com que os profissionais da área da intervenção socioeducativa se deparam e lidam no contexto do seu trabalho são extraordinariamente complexos e diversificados, exigindo abordagens que privilegiem a conjugação de diferentes perspetivas, pensamentos, sensibilidades, ideias, saberes, práticas, valores e, até mesmo, sonhos e utopias. Trata-se, no fundo, da concretização do trabalho social em rede. O trabalho em rede na intervenção social começa assim a ganhar consistência e a ser prática comum em diversos projetos, instituições ou dinâmicas sociocomunitárias, revelando-se uma mais-valia para o trabalho social e para os seus atores. Este tipo de trabalho implica “poder articular projectos, a partilhar informações, a coordenar actividades e a concertar procedimentos entre diferentes organismos institucionais” (Carvalho & Baptista, 2004), contribuindo diferentes instituições para um bem comum.

Da mesma forma, os aspetos positivos inerentes ao trabalho em rede abrangem, igualmente, os vários profissionais da intervenção socioeducativa. Além de existir uma cooperação ao nível das práticas de terreno (planificação, organização, troca de informação, execução de atividades...) estes profissionais, sendo provenientes de diferentes disciplinas (Antropologia, Educação Social, Sociologia, Psicologia, Serviço Social, Educação, entre outros), de diferentes instituições e com experiências profissionais diversificadas, acrescentam uma riqueza maior à intervenção socioeducativa, pois, trazem à luz os seus diferentes saberes técnico-científicos e as suas práticas profissionais que, em conjunto, articuladas no trabalho institucional em rede, conferem uma nova e positiva dinâmica e solidez à intervenção socioeducativa, aumentando a sua própria qualidade, com todas as vantagens que daí podem advir para a resolução das problemáticas sociais com que são confrontados.

Como referem Carvalho e Baptista “o trabalho social em rede permite ainda valorizar o espírito de equipa e a cooperação entre investigadores e técnicos. Sem prejuízo das respectivas identidades profissionais, reforçam-se assim laços de colegialidade e de parceria que, ampliando as possibilidades de intervenção, potenciam a construção de modelos de acção mais ajustados à realidade” (2004). Assim, imbuídos deste espírito pedagógico, assumimos uma nova etapa no nosso percurso profissional na área do trabalho social.

Neste sentido, no ano 2000, iniciamos um percurso profissional na área da solidariedade e ação social, assumindo funções como Técnico de Intervenção Social na Instituição Particular de Solidariedade Social “Associação Integrar” em Coimbra,

fazendo parte da equipa técnica do projeto “Trabalho com Crianças e Jovens na Rua” do Programa de Luta Contra a Pobreza, financiado pelo Comissariado Regional do Norte de Luta Contra a Pobreza. Este projeto de intervenção socioeducativa teve como objetivo promover a inclusão social de crianças e jovens adolescentes oriundos de zonas socialmente vulneráveis da cidade de Coimbra – a zona da baixa da cidade e os bairros de habitação social da Conchada e do Ingote. Deste modo, com uma equipa de técnicos multidisciplinar (duas psicólogas, duas professoras do ensino básico destacadas e uma animadora sociocultural) e uma dinâmica de trabalho em equipa, assumimos neste projeto funções técnicas em diversas valências, como o desenvolvimento de atividades de apoio e promoção de competências escolares a crianças do 1º ciclo de escolaridade em diversas escolas primárias, de atividades de promoção de competências pessoais e sociais e de ocupação de tempos livres com jovens adolescentes, o desenvolvimento de ações de “trabalho de rua” em diversas zonas do concelho de Coimbra como forma de despiste de populações sem-abrigo e bolsas de pobreza com pessoas em situação de exclusão social extrema e, também, o desenvolvimento de ações de mediação familiar junto das famílias das crianças e jovens participantes neste projeto.

A área da intervenção e solidariedade social em Portugal foi marcada, durante a década de 2000, pela ação do Programa Escolhas. O Programa Escolhas é um programa governamental que “visa promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social” (Regulamento do Programa Escolhas, 2009). Este programa é atualmente tutelado pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), e é um agente financiador de projetos de inclusão e solidariedade social. O programa encontra-se atualmente na sua 4ª Geração, tendo sido criado no ano 2001 pela Resolução de Conselho de Ministros (RCM) nº 4/2001 e decorrendo a sua primeira fase entre 2001 e 2004. Nesta primeira geração do Programa Escolhas, a sua filosofia de intervenção assentava numa matriz centralizadora das políticas sociais públicas, passando por ser o próprio programa a promover e a coordenar a criação de diversos projetos de inclusão social.

Com efeito, na primeira geração, o Programa Escolhas designava-se como um “Programa de Prevenção da Criminalidade e Inserção dos Jovens dos Bairros mais Vulneráveis dos Distritos de Lisboa, Porto e Setúbal” (RCM, nº 4/2001) e foi “a resposta possível e imediata perante os mediatizados acontecimentos, ocorridos na Circular Externa de Lisboa (CREL) em Agosto de 2000, em que um grupo de jovens

armados, deslocando-se em viaturas furtadas, fez parar e roubou várias pessoas entre elas a atriz Lúcia Franco” (Macedo, 2004). Este acontecimento levou a que o Governo criasse o Programa Escolhas numa perspetiva de prevenção da delinquência e criminalidade juvenil, fenómeno que despontava então na sociedade portuguesa, sobretudo nos grandes centros urbanos.

Nesta fase inicial, o Programa Escolhas era tutelado pelos Ministérios da Administração Interna, do Trabalho e da Solidariedade, da Justiça, da Educação e da Juventude e do Desporto, e seria apenas implementado nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal, focando a sua intervenção na população juvenil oriunda de bairros de habitação social – o programa foi implementado em 53 bairros sociais dos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal. Assumindo um modelo centralizador para toda a sua ação, era o próprio programa quem geria e coordenava os diferentes projetos através da contratação a nível central dos seus coordenadores (designados Coordenadores de Bairro) e das próprias equipas de técnicos que iriam atuar no terreno. Como refere Alberto Macedo “ao tentar estruturar o trabalho de intervenção em 53 bairros ou territórios dos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal, o Programa Escolhas organizou a estrutura de meios técnicos em função da figura do Coordenador de Bairro, a quem competia dirigir as equipas técnicas locais e garantir a aplicação das normas e orientações genéricas para todo o Programa” (Macedo, 2004).

No ano 2004, a filosofia de intervenção do Programa Escolhas é reformulada a nível governamental, ocorrendo uma série de mudanças estruturais na lógica de funcionamento que lhe estava subjacente, deixando de ter uma ação direta na intervenção e passando a ser um programa de financiamento de projetos de intervenção social local, promovendo para esse efeito concursos plurianuais de candidaturas ao seu financiamento. Deste modo, o Programa Escolhas descentraliza a sua ação, dando à sociedade civil e às instituições locais públicas e privadas a possibilidade de se candidatarem ao seu financiamento através da apresentação de candidaturas de projetos de intervenção social em concurso público.

Neste novo modelo, o programa passa a ter âmbito nacional abrangendo projetos que trabalhem com populações juvenis oriundas de meios urbanos e rurais, deixando a tónica da intervenção apenas dirigida a populações juvenis oriundas de bairros de habitação social, passa a ser de cariz obrigatório a apresentação de projetos promovidos numa lógica de redes de parcerias locais (consórcios com um mínimo de três instituições) e a coordenação técnica, a contratação das equipas técnicas afetas aos

projetos e a gestão financeira da intervenção passam a ser da responsabilidade dos consórcios através das instituições promotoras e gestoras dos projetos. O programa muda a sua designação para Programa Escolhas 2ª Geração, passa a ser tutelado pelo ACIDI e decorre entre 2004 e 2006. Seguir-se-ia o Programa Escolhas 3ª Geração, com a atribuição de financiamentos para o período entre 2007 e 2009 e, atualmente, o Programa Escolhas 4ª Geração que decorre desde 2010, terminando este financiamento em 31 de Dezembro de 2012.

No período entre 2001 e 2004, assumimos as funções de Coordenador de Bairro na Equipa Distrital do Porto do Programa Escolhas 1ª Geração, com a categoria profissional de Técnico Superior de Antropologia, iniciando uma nova experiência profissional nas dinâmicas da intervenção socioeducativa. Nesta primeira fase do Programa Escolhas o nosso percurso profissional adquire uma significativa maturidade, desde logo por assumirmos uma responsabilidade profissional de destaque neste programa governamental, uma vez que a equipa de Coordenadores de Bairro era quem representava institucionalmente o Programa Escolhas na zona norte do país, lidando com inúmeras instituições públicas e privadas e inúmeros técnicos e agentes sociais. Por outro lado, esta experiência profissional permitiu-nos desenvolver um conjunto de competências pessoais e de cariz profissional que se tornariam essenciais para o desenvolvimento do nosso percurso profissional na área do trabalho social.

A equipa técnica de Coordenadores de Bairro do Programa Escolhas do distrito do Porto era constituída, para além de nós próprios oriundos da área da Antropologia, por duas técnicas da área da Sociologia, dois técnicos da área da Psicologia e uma técnica da área de Direito. Deste modo, foi esta equipa multiprofissional de técnicos quem criou, implementou e dinamizou toda a estrutura do Programa Escolhas na zona norte. Este trabalho implicou, numa primeira fase, o desenvolvimento de todos os aspetos burocráticos e logísticos para a implementação do programa no distrito do Porto, seguido, numa segunda fase, da dinamização de processos de planificação, coordenação e gestão necessários à criação dos diversos projetos de intervenção socioeducativa nos concelhos e territórios estipulados na Resolução de Conselho de Ministros (RCM, nº4/2001) que criou o Programa Escolhas.

Esta dinâmica foi, também, desde o início, desenvolvida numa lógica de parceria, tendo sido contactadas dezenas de instituições locais de cariz público e privado e dezenas de técnicos e agentes sociais que já trabalhavam nestes territórios com a população juvenil, no sentido de se agilizarem esforços de modo a serem

construídos os diferentes projetos de intervenção local. Este trabalho inicial desenvolveu-se na prática através da constituição de redes de parceria formais e informais com as diversas instituições que já operavam nos territórios estipulados para a intervenção do Programa Escolhas. As instituições eram convidadas a participar na criação dos próprios projetos através de um trabalho em parceria com o programa, realizando em conjunto diagnósticos prévios à intervenção. Destes diagnósticos saíam as principais linhas orientadoras dos projetos que correspondiam às principais problemáticas da população juvenil desse território que não eram ainda trabalhadas pelas diversas instituições locais. Assim, a partir dessas problemáticas eram construídos os projetos de intervenção local que eram operacionalizados por equipas de técnicos contratados pelo próprio Programa Escolhas e coordenados pelos respetivos Coordenadores de Bairro.

A participação ativa no desenvolvimento de todos estes processos institucionais, na reflexão sobre as problemáticas e os fenómenos subjacentes às práticas da delinquência juvenil, na construção e operacionalização dos diferentes projetos locais e a sua coordenação enquanto Coordenador de Bairro, possibilitou-nos a aquisição de um “saber-fazer” e o desenvolvimento de um conjunto de competências pessoais e profissionais que foram e têm sido fundamentais para a nossa prática de coordenação de projetos sociocomunitários ao longo do nosso percurso profissional desde 2001.

Durante a nossa prática profissional como Coordenador de Bairro durante a primeira geração do Programa Escolhas assumimos as funções de coordenação de vários projetos sociocomunitários de intervenção local em diversos territórios vulneráveis do distrito do Porto, como os projetos dinamizados nos bairros de habitação social de Ramalde, Campinas, Aldoar, Aleixo e Regado do concelho do Porto, e os projetos dinamizados nos bairros de habitação social de Perafita, São Gens e Biquinha no concelho de Matosinhos.

A experiência de coordenação destes projetos permitiu-nos dar continuidade e aprofundar a nossa relação pedagógica com inúmeras crianças e jovens oriundos de diferentes meios sociais e culturais, e permitiu-nos a possibilidade de organizar, gerir e participar em diversas ações e atividades dirigidas a estas populações juvenis. Igualmente, o exercício das nossas funções enquanto Coordenador de Bairro do Programa Escolhas foi de uma grande riqueza a nível profissional, pois, permitiu-nos contactar e trocar experiências com dezenas de profissionais do trabalho social, conhecer dezenas de instituições e de projetos sociocomunitários com um trabalho

meritório e inovador de combate à exclusão social em diversas zonas e contextos vulneráveis do país e participar no desenvolvimento de ações concretas que foram geradoras de processos de inclusão social, o que permitiu aprofundar a nossa reflexão e visão sobre a prática profissional do trabalho social, sobre a prática da gestão e coordenação de projetos e sobre os fenômenos da exclusão social.

Em suma, pensamos que a prática profissional no âmbito das funções de Coordenador de Bairro em diversos projetos sociocomunitários no Programa Escolhas abriu caminho para outros patamares de desempenho, concretamente na coordenação técnica do Projeto Raiz, marcando definitivamente o nosso percurso como profissional na área da intervenção socioeducativa. Razão pela qual se justifica o lugar de destaque que lhe conferimos neste Relatório, conforme surge devidamente descrito e explicado na segunda parte, centrada nos desafios teórico-práticos gerados na atividade de coordenação e dinamização sociopedagógica.

## **Parte II**

### **Desafios da Dinamização Sociopedagógica**

#### **1. Projeto Raiz – Programa Escolhas**

O nosso percurso profissional na área da intervenção socioeducativa foi sempre marcado por um trabalho em rede, tendo por base a articulação entre diferentes instituições e profissionais. Sobretudo a partir de 2001, com a entrada no Programa Escolhas 1ª Geração na função de Coordenador de Bairro, onde esta prática era concretizada não só informalmente com diferentes instituições, como estava legitimada no próprio regulamento deste programa.

Em Setembro de 2004, devido à reformulação da filosofia de intervenção do Programa Escolhas que o transformou num agente financiador de projetos de intervenção local, foi necessário que a equipa de Coordenadores de Bairro do Programa Escolhas da zona norte providenciasse alternativas de continuidade aos diversos projetos que já existiam no âmbito da primeira geração do programa, sob pena de eles se extinguirem, promovendo para esse efeito uma união de esforços no sentido de as instituições locais com quem os projetos já trabalhavam, formal e informalmente desde 2001, pudessem candidatar-se aos fundos do novo Programa Escolhas 2ª Geração, congregando-se estas instituições em consórcios que promovessem as candidaturas a estes fundos, possibilitando assim a continuidade destes diversos projetos da fase inicial do Programa Escolhas. Na altura, o projeto que melhores condições institucionais detinha para ter continuidade no novo Programa Escolhas era o Projeto Raiz, localizado no concelho do Porto, e promovido nos bairros de habitação social de Ramalde e das Campinas, da freguesia de Ramalde.

Deste modo, após o contacto com as instituições com quem o Projeto Raiz já colaborava desde 2001, foi possível congreguar interesses institucionais comuns e constituir-se um consórcio para se candidatar aos fundos do novo programa através da elaboração de uma candidatura. As instituições locais da freguesia de Ramalde que se constituem neste consórcio convidam-nos assim para realizar a candidatura do Projeto Raiz aos fundos do Programa Escolhas 2ª Geração e para assumirmos a função de

diretor técnico do projeto após a aprovação do financiamento por este programa, desde 2004 até hoje.

Com o assumir da coordenação do Projeto Raiz, iniciamos uma nova etapa no nosso percurso profissional na área da intervenção socioeducativa, onde aprofundamos a nossa experiência de coordenação de projetos sociocomunitários junto da comunidade local da freguesia de Ramalde e junto dos participantes deste projeto – crianças, jovens e famílias da comunidade de Ramalde e Campinas.

O Projeto Raiz é um projeto de intervenção sociocomunitária que visa a inclusão social das crianças, jovens e famílias dos bairros de habitação social de Ramalde e das Campinas, da freguesia de Ramalde, concelho do Porto. O projeto foi criado em 2002 no âmbito do Programa Escolhas 1ª Geração e, neste período inicial, a sua intervenção local foi sendo construída em diferentes etapas e seguindo o modelo de intervenção estipulado pelo próprio Programa Escolhas.

Assim, numa primeira fase foi desenvolvido um trabalho de envolvimento das diversas instituições locais da comunidade de Ramalde no projeto, através do estabelecimento de parcerias formais e informais com o programa, tendo sido elaborado em conjunto um diagnóstico social sobre as problemáticas sociais desta comunidade que culminou na planificação de um plano de intervenção com a respetiva implementação e execução das atividades e ações nele previsto, sendo uma resposta possível aos problemas enunciados no diagnóstico social realizado.

Deste diagnóstico social realizado previamente à criação do Projeto Raiz, destacam-se como problemáticas mais relevantes na população infantil e juvenil problemas derivados do insucesso, absentismo e abandono escolar geradores de baixos níveis de escolaridade nesta população, reproduzindo-se um ciclo geracional de desvalorização da instituição “Escola” que se traduz numa ausência de perspetivas profissionais e pessoais a longo prazo, privilegiando-se o imediato. Este modo de vivência associado a uma prática de socialização baseada no contexto “rua” e muito centrada no seio do grupo de pares pode originar práticas e comportamentos considerados de risco e de potencial desviante junto desta população. Igualmente, destaca-se neste diagnóstico a desestruturação do sistema familiar, o que origina laços precários nas relações familiares e défices de responsabilização parental que se constituem como fatores de fragilização e de rutura do sistema familiar, afetando desde logo a população infantil e juvenil.

A realização do diagnóstico social desta população levou-nos a ter uma visão global da sua realidade social, o que originou uma perceção de que as problemáticas no seio da população infantil, juvenil e familiar estão intimamente relacionadas umas com as outras, gerando e dando continuidade a um ciclo de exclusão social ao longo do tempo. Deste modo, é de realçar que foram estas problemáticas detetadas no diagnóstico que orientaram a ação e a intervenção do Projeto Raiz no sentido de responder às necessidades e aos problemas concretos da população infantil e juvenil, privilegiando-se uma visão global dos problemas e das suas causas estruturais.

Nesta fase, a nível técnico, o projeto era coordenado diretamente pelo Programa Escolhas através da equipa de Coordenadores de Bairro da qual fazíamos parte, e contava no terreno com uma equipa de dois técnicos da área das ciências sociais e humanas, um animador sociocultural e um Jovem Mediador Urbano (figura inovadora até então que previa nas equipas técnicas do Programa Escolhas a existência e participação de um jovem oriundo dos próprios territórios de implementação do programa, assumindo as funções de monitor e passando previamente por uma ação de formação para o efeito).

O Projeto Raiz manteve a sua intervenção junto das crianças e jovens dos bairros de Ramalde e das Campinas nestes moldes até 2004, focando a sua intervenção no desenvolvimento de competências pessoais, sociais, relacionais e afetivas junto desta população juvenil e dinamizando inúmeras ações e atividades estruturantes ao nível do apoio escolar, da ocupação de tempos livres, da animação sociocultural, expressões artísticas, intercâmbios juvenis, visitas de estudo, colónias de férias de Verão, entre outras. Estas atividades eram dinamizadas pela equipa técnica de terreno do Programa Escolhas com a colaboração das instituições locais, no âmbito das parcerias estabelecidas, com destaque para o apoio de um grupo de professores e alunos voluntários do Colégio de Nossa Senhora do Rosário que participavam ativamente na dinamização de algumas destas atividades.

No ano 2004, o Projeto Raiz assegurou a sua continuidade com a aprovação da candidatura apresentada ao Programa Escolhas 2ª Geração e promovida pelo consórcio de instituições da freguesia de Ramalde com quem já mantinha parcerias, sendo financiado por este programa no período entre 2004 e 2006, sendo renovado o seu financiamento para o triénio entre 2006 a 2009 e, novamente, para o triénio entre 2010 a 31 de Dezembro de 2012.

Realçamos aqui a nossa participação na elaboração destas diversas candidaturas ao Programa Escolhas, tendo sido sucessivamente aprovadas e permitindo a continuidade da intervenção do Projeto Raiz ao longo destes anos na comunidade de Ramalde. Realçamos, também, que a avaliação realizada semestral e anualmente pelo Programa Escolhas ao Projeto Raiz tem sido sucessivamente positiva, tendo sido atribuída na avaliação mais recente, para o período relativo ao ano de 2011, uma classificação de Bom, com uma taxa de 86% numa escala de avaliação de zero a cem (como se pode verificar no Anexo C “Relatório de Avaliação Central do Projecto Raiz-NC-039”), e faltando ainda um ano para o final deste financiamento.

Como referimos anteriormente, a instituição promotora das candidaturas do Projeto Raiz ao financiamento do Programa Escolhas desde o ano 2004 foi o Colégio de Nossa Senhora do Rosário, e os restantes parceiros que foram convidados a participar no consórcio de instituições do projeto foram a Junta de Freguesia de Ramalde, o Agrupamento de Escolas do Viso, a Paróquia de Ramalde, a Associação de Solidariedade e Ação Social de Ramalde, a Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina, a Obra do Frei Gil – Porto e a Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa, Porto. Estas instituições evidenciam-se pela sua experiência comunitária e trabalho social desenvolvido na comunidade e em prol da população de Ramalde, o que sempre exerceu um efeito potenciador no Projeto Raiz, conferindo-lhe uma maior valorização, abrangência e polivalência para a sua intervenção.

A principal mais-valia do Projeto Raiz reside no capital de experiência já adquirido ao longo da sua intervenção desde 2002 e no carácter integrador desta intervenção junto da população infantil, juvenil e familiar mais desfavorecida dos bairros de Ramalde e das Campinas. Por outro lado, na dinâmica de intervenção do projeto estão envolvidos diversos atores sociais das instituições do consórcio que participam ativamente na execução das atividades – técnicos, monitores, professores, entre outros. Além disso, o projeto também articula a sua intervenção com outros agentes e instituições de cariz social que atuam na comunidade de Ramalde, como por exemplo as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, a Direcção-Geral de Reinserção Social, o Centro de Emprego local, o Núcleo de RSI local, entre outros, partilhando saberes, criando sinergias comuns e estabelecendo uma rede de apoio social em prol da sua população.

Com a entrada da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa para o consórcio de instituições do Projeto Raiz, a matriz teórico-prática do projeto reformula-se profundamente, passando a estar enquadrada na matriz da Pedagogia Social da FEP-UCP e sob a coordenação científico-pedagógica do Professor Doutor Joaquim Azevedo e da Professora Doutora Isabel Baptista. Este novo paradigma na ação do Projeto Raiz permitiu um enriquecimento científico e humano do projeto sem precedentes até então, com um ganho significativo de qualidade na sua intervenção e na relação humana com os seus participantes.

A Pedagogia Social como uma área científica das ciências sociais e humanas, sendo uma ciência da educação, tem como objeto de estudo a *praxis* educativa desenvolvida em contextos de intervenção socioeducativa, logo, implicando sempre uma diversidade de modalidades, agentes e contextos de ação (Carvalho & Baptista, 2004). Consideramos, tal como referem Carvalho e Baptista, que os projetos socioeducativos devem nutrir respeito pelas solidariedades naturais das populações – hábitos de ajuda, práticas de cooperação, experiências de altruísmo, reconhecimento de valores e laços comunitários. E, por outro lado, devem construir uma cooperação ativa entres as redes primárias e as redes secundárias das comunidades (2004).

Considerando estes pressupostos, podemos afirmar que o Projeto Raiz assume na sua essência valores de Pedagogia Social. Esses valores surgem como algo de fundamental na sua intervenção, no conhecimento positivo das potencialidades da sua população, nomeadamente, as práticas de solidariedade entre as pessoas, a autonomia face à resolução de problemas pessoais, a capacidade de ser recetivo à mudança pessoal e social, a capacidade de diálogo e saber ouvir, ser uma comunidade com um espírito de hospitalidade e de ter uma participação ativa no âmbito do Projeto Raiz.

Assim, tendo por base uma matriz axiológica radicada na Pedagogia Social, de promoção dos valores e da dignidade humana, da cidadania e dos direitos individuais e coletivos, o Projeto Raiz incide a sua intervenção em três eixos fundamentais:

- 1) Educação e Formação.
- 2) Participação Social e Comunitária.
- 3) Mediação Familiar.

No primeiro eixo dinamizam-se ações estruturadas que promovem o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e relacionais nos participantes, facilitadoras dos seus percursos escolares, formativos e profissionais e promovendo processos de mudanças comportamentais positivos.

No segundo eixo dinamizam-se ações de promoção da cidadania, fomentando a aquisição de competências pessoais, sociais, relacionais e afetivas através de atividades de educação não-formal, contribuindo para a ocupação lúdico-pedagógica dos participantes.

No terceiro eixo dinamizam-se ações de acompanhamento das famílias numa perspectiva de aperfeiçoamento das relações estabelecidas com os seus educandos e com a comunidade envolvente e promovendo a corresponsabilização dos familiares no processo de crescimento, educação e formação dos seus educandos. Neste sentido, as boas práticas inerentes à ação do projeto reforçam os laços de proximidade humana desenvolvidos na comunidade de Ramalde e promovem processos de inclusão e de mudança positiva junto da população infantil, juvenil e familiar dos bairros de Ramalde e das Campinas.

Relativamente aos objetivos gerais do Projeto Raiz, eles encontram-se em associação com estes eixos de intervenção, formando um todo coeso e dinâmico, essencial para a ação sociocomunitária do projeto. Assim, os objetivos gerais do projeto são:

- a) Promover competências pessoais e sociais na área da educação escolar que estimulem o gosto pelas aprendizagens significativas, fortalecendo a ligação à instituição “Escola” e facilitando os processos de inclusão social.
- b) Promover a participação social e comunitária através de práticas de educação não-formal e da ocupação pedagógica dos tempos livres, prevenindo comportamentos de risco/desviantes e desenvolvendo competências pessoais, sociais, relacionais e afetivas.
- c) Reforçar o sentido de responsabilidade no sistema familiar, promovendo laços de afetividade, proximidade, comunicação, solidariedade e respeito, potenciando as dinâmicas de cooperação social e de boa vizinhança.

A dinâmica da intervenção do Projeto Raiz passa, no terreno, por implementar junto da população participante um conjunto de atividades diversificadas, de cariz pedagógico, formativas, ocupacionais e, sobretudo, promotoras do desenvolvimento de competências pessoais, de comportamentos positivos e estruturadoras de valores.

Deste modo, destacamos alguns exemplos das atividades mais significativas do projeto: a atividade “Inclusão de Crianças dos Bairros” – atividade que pressupõe a atribuição em cada ano letivo de uma bolsa de estudo por parte da Entidade Promotora –

Colégio de Nossa Senhora do Rosário, a uma criança participante do projeto desde o 5º até ao 12º ano de escolaridade, tendo sido já atribuídas 6 bolsas de estudo desde 2004. Além disso, são integrados nas Atividades de Enriquecimento Curricular do CNSR os participantes do projeto que se destacam em áreas artísticas e desportivas. Pretende-se assim que os participantes sejam integrados num contexto educativo e em valências de áreas disciplinares que promovam o gosto pela educação, o enriquecimento pessoal, a motivação, a auto-estima, a autonomia e o desenvolvimento de competências pessoais e sociais.

A atividade “Centro de Estudos” – atividade diária de apoio ao estudo que promove o desenvolvimento de um conjunto de competências pessoais e sociais direcionadas para a valorização da instituição “Escola”, para a motivação para o estudo, o cumprimento de regras, a autonomia, o respeito pelo outro, a gestão de conflitos sem recorrer à agressividade, o relacionamento inter-pessoal positivo, entre outras.

A atividade “Acompanhamento Escolar Individual” – atividade que tem sido um contributo muito importante para a melhoria do desempenho escolar dos participantes envolvidos, desenvolvendo as suas competências escolares, melhorando os seus métodos de estudo e levando a um aumento do sucesso escolar das crianças e jovens do projeto.

A atividade “Reuniões com Professores” – atividade que tem desenvolvido todo um trabalho de mediação escolar, de gestão de conflitos e de aproximação entre os professores do Agrupamento de Escolas do Viso (Escola EB 2,3 do Viso/Escola EB 1 das Campinas), os alunos participantes do projeto e as suas famílias. Esta atividade tem sido muito importante para reforçar as relações de cooperação entre a instituição “Escola” e as famílias com mais problemas escolares e comportamentais.

Neste sentido, o projeto tem atuado como agente mediador entre os professores e os familiares, fomentando o diálogo e a comunicação, contribuindo positivamente para gerar consensos, partilhando as responsabilidades e promovendo compromissos entre as diferentes partes. Ou seja, muitos problemas que vão surgindo entre professores, educandos e familiares são apoiados na sua resolução por intermédio da ação mediadora do projeto.

As atividades no âmbito das “Oficinas OTL – Ocupação de Tempos Livres” – atividades lúdicas e pedagógicas que contribuem para fortalecer as relações entre o projeto e os participantes, e especialmente as relações inter-pessoais entre os próprios participantes das atividades, tornando essas relações mais positivas e estruturadas.

Nestas oficinas são promovidas, num contexto de educação não-formal, um conjunto de competências pessoais e sociais junto dos participantes, tais como, o respeito, a assertividade, o cumprimento de regras e horários, de organização e planificação, de trabalho em equipa, de entreajuda, entre outras, que lhes permitem desenvolver comportamentos positivos, ao mesmo tempo que os seus tempos livres são ocupados de uma forma saudável e pedagógica, minimizando assim comportamentos desviantes.

As atividades no âmbito do trabalho de “Mediação Familiar” com as famílias das crianças e jovens participantes – atividades que contribuem para a solidificação das relações entre o projeto e os familiares, fortalecendo-se as relações de proximidade positivas e estruturadas. O desenvolvimento de relações positivas entre o projeto e os familiares tem sido fundamental para estabelecer relações de proximidade, de confiança, de respeito mútuo e de solidariedade necessárias para a execução das atividades do projeto.

De notar que estas atividades permitem aos familiares desenvolverem um conjunto de competências pessoais e parentais essenciais para o estabelecimento de relações positivas entre eles e os seus educandos – competências como o respeito intergeracional, saber ouvir, saber gerar relações de afetividade, entreajuda, cumprimento de regras, organizar horários e rotinas diárias, promover uma alimentação saudável, cuidados e hábitos de higiene, gestão de orçamentos familiares, entre outras. Neste sentido, o projeto assume um papel muito importante como agente de mediação entre os familiares e os seus educandos, promovendo competências parentais nos familiares facilitando a criação de relações afetivas entre os familiares e os seus educandos e ajudando na resolução de problemas derivados das relações intra-familiares. De igual modo, o projeto assume-se como um agente de mediação entre os familiares e os agentes institucionais da comunidade, apoiando e ajudando os familiares na resolução dos seus problemas quotidianos e mantendo uma ação de apoio social e de solidariedade junto das famílias mais carenciadas da comunidade de Ramalde.

Conforme surge evidenciado nas sucessivas avaliações realizadas ao projeto pelo Programa Escolhas no final de cada geração de financiamento, onde o Projeto Raiz surge sempre qualificado com a avaliação de “Muito Bom”, estas atividades têm permitido alcançar resultados muito positivos junto da população juvenil e familiar participante.

No grupo de crianças e jovens destacamos o contributo positivo do projeto na promoção do sucesso escolar, na prevenção do absentismo e do abandono escolar, na

mediação entre a “Escola”, os alunos e os seus familiares, contribuindo para o desenvolvimento de relações de proximidade entre estes atores e para a valorização da instituição “Escola” junto desta comunidade, na promoção de competências pessoais e sociais nas crianças e jovens que lhes permitem ter um desenvolvimento pessoal positivo e saudável e com comportamentos normativos, na prevenção de fatores de risco e de comportamentos desviantes no quotidiano das crianças e jovens, na integração de jovens em processos educativos, formativos e profissionais que permitem a construção de projetos de vida positivos e na ocupação dos tempos livres das crianças e jovens de forma lúdica e pedagógica contribuindo para relações positivas juntos dos grupos de pares.

No grupo das famílias, o projeto tem desenvolvido toda uma ação de promoção de competências pessoais e parentais que têm permitido a aprendizagem de práticas positivas na construção dos relacionamentos inter-pessoais entre as famílias e os seus educandos. Por outro lado, a ação do projeto junto das famílias tem sido geradora de relações positivas e estruturadas dentro da própria comunidade, contribuindo para relações de proximidade dentro dos grupos familiares.

Seguem-se, de seguida, alguns exemplos de quadros retirados do Plano de Atividades de 2012, fotografias de atividades e testemunhos de jovens participantes demonstrativos da dinâmica sociocomunitária do Projeto Raiz, promovida junto da população infantil, juvenil e familiar da comunidade dos bairros de Ramalde e das Campinas.

**Quadro 1: Plano de Atividades do Projeto Raiz – Medida I**

<b>Medida Ação</b>	<b>Atividade</b>	<b>Descrição da Atividade</b>	<b>Calendarização</b>	<b>Periodicidade/ Horário</b>
I Ação b)	Cursos Educação-Formação Tipo 1 (Certificação 6º ano escolaridade)	Frequência de Cursos Educação/Formação visando a atribuição de certificação escolar a crianças e jovens que tenham abandonado a escola sem a conclusão da escolaridade básica.	Julho, Setembro a Dezembro	01-07-2012, 01-09-2012, 01-10-2012, 01-11-2012, 01-12-2012
I Ação c)	Inclusão de Crianças dos Bairros (AEC do CNSR)	Inclusão de crianças participantes do Projeto nas atividades extra – curriculares do Colégio de Nossa Senhora do Rosário. Visa, igualmente, a integração escolar de uma criança do projeto todos os anos letivos no CNSR, no 5º ano de escolaridade.	Outubro a Dezembro	Sexta-feira (17h-19h )  Quinta-feira (17h-19h )
I Ação c)	Centro de Estudos	Ação de apoio escolar e pedagógico no sentido de prevenir o insucesso escolar e motivar para o interesse pelos conteúdos escolares e para a importância da Escola; Ação de desenvolvimento de competências pessoais, relacionais e afetivas através de atividades manuais e criativas.	Setembro a Dezembro	Diária (17h-19h)
I Ação c)	Acompanhamento Escolar Individual	Atividade que visa proporcionar um acompanhamento escolar às crianças/jovens que frequentam os 2º e 3º ciclos do ensino básico, prevenindo o absentismo, insucesso e abandono escolar.	Setembro a Dezembro	Terça-feira (15h-16h ) Quarta-feira (11h-12h) Quinta-feira (15h-17h ) Sexta-feira (15h-17h)
I Ação c)	Sessões DPS (Desenvolvimento Pessoal e Social)	Esta atividade consiste em promover uma sensibilização e reflexão sobre temáticas específicas e relevantes na e para a vida, desenvolvendo competências pessoais, sociais, relacionais e afetivas.	Julho, Outubro a Dezembro	Quarta-feira (18h-19h )

Adaptado de “Plano de Actividades do Projecto Raiz NC-039 Julho – Dezembro 2012”

## Quadro 2: Plano de Atividades do Projeto Raiz – Medida II

Medida Ação	Atividade	Descrição da Atividade	Calendarização	Periodicidade/ Horário
II Ação a)	Oficina Escolar de Adultos	Promoção da aprendizagem ao longo da vida e de desenvolvimento de competências escolares junto dos familiares.	De Setembro a Dezembro	Quinta-feira (15-17h)
II Ação a)	Saídas ao Exterior - Adultos	Promoção de novas vivências e de descoberta de novas realidades sociais e culturais fora do contexto dos Bairros, promovendo as relações de vizinhança e desenvolvendo competências pessoais, sociais, relacionais e afetivas.	Setembro, Novembro	28-09-2012, 30-11-2012
II Ação b)	Formação Parental	Dinamização de ações pedagógicas sobre temáticas específicas e relevantes na e para a vida dos familiares participantes, desenvolvendo as suas competências parentais.	De Outubro a Dezembro	Quinzenal Quinta-feira (17h-19h)
II Ação d)	Mediação Familiar	Ação de acompanhamento sociopedagógico dos familiares no Projeto, e de mediação entre as famílias e as instituições da comunidade local.	De Outubro a Dezembro	Quarta-feira (10h-13h)
II Ação d)	Encontros Pais e Filhos	Promoção do encontro entre pais e filhos visando potenciar as suas relações familiares de uma forma normativa, estruturada e com base nos afetos	De Outubro a Dezembro	Quinzenal Terça-feira (17h-19h)
II Ação c)	Gabinete de Apoio Social	Ação de mediação e de apoio aos participantes na resolução de problemas com que são confrontados no seu quotidiano (apoio no âmbito social, saúde, jurídico, alimentar, RSI, etc.)	Julho, De Setembro a Dezembro	Diária (15h-17h)

Adaptado de “Plano de Actividades do Projecto Raiz NC-039 Julho – Dezembro 2012

**Figura 1:** Atividade “Centro de Estudos”



**Figura 2:** Atividade “Apoio Escolar Individual”



**Figura 3:** Atividade “Encontros Pais e Filhos”



**Figura 4:** Atividade “Formação Parental”



**Figura 5:** Atividade “Colônia de Férias”



**Figura 6:** Atividade “Oficina de Expressões Plásticas”



**Figura 7:** Atividade “Sport Raiz”



**Figura 8:** Atividade “Assembleia de Jovens”



Para percebermos melhor a importância do Projeto Raiz para a população juvenil dos bairros de Ramalde e das Campinas, recolhemos o testemunho de três jovens participantes no projeto retirados da publicação “365 Histórias de Vida - 10 Anos de

Programa Escolhas”, editada pelo Programa Escolhas em 2011 para comemorar os dez anos de existência do programa.

“No Raiz descobri novos lugares, cidades, visitei monumentos que desconhecia, fiz amizades e conheci pessoas que marcaram a minha vida pela positiva. Através das actividades do projecto, descobri capacidades em mim que nunca sequer imaginei ter, nomeadamente, a minha facilidade em lidar com os mais novos”.

“Os moradores do meu bairro têm beneficiado muito com o projecto. Crianças, jovens e adultos estão envolvidos em iniciativas que as levam a novas aprendizagens e a uma vida melhor”.

Fábio Gomes, 2011

“O Projecto Raiz descobriu as minhas fortes potencialidades para atingir um nível escolar muito elevado e fez com que eu tivesse a hipótese de ir estudar para um dos melhores colégios da cidade do Porto. Acreditaram nas minhas capacidades e recebi uma bolsa de estudo... fui escolhida pelo meu mérito escolar, sendo essa a minha principal vitória pessoal”.

“No bairro, penso que a intervenção foi crucial para uma melhoria na vida de todos, crianças, jovens e adultos. As pessoas estão diferentes e caminham para serem cidadãos de valor. Acredito nos resultados do projecto e, sempre que posso, colaboro em todas as actividades”.

Brígida Lobo, 2011

“O projecto ajudou-me a perceber que todas as pessoas têm valor, mesmo que a sua situação financeira não seja boa. Nas mãos do Raiz todos podem ter oportunidades. Sou melhor cidadã e uma pessoa mais humana. Faço questão de ser participante nas actividades, pois quero sempre retribuir todo o apoio que tenho recebido. Sou monitora das actividades do projecto com as crianças na escola. Ajudo-as com os trabalhos de casa, procurando sempre ser uma referência, um modelo a seguir pelos mais novos”.

“No bairro das Campinas, os moradores estão mais integrados na sociedade, porque o projecto tem prestado apoio em várias vertentes: alimentação, estudos, à família, orientação social e profissional... As pessoas sentem-se acarinhadas e ficam mais motivadas a mudar o comportamento para melhor”.

Marta Oliveira, 2011

Assumindo a sua responsabilidade social para com a comunidade de Ramalde, as ações e as atividades promovidas pelo Projeto Raiz ao longo do tempo nesta comunidade têm como princípio subjacente o sentido transformador dos projetos sociais no sentido de projetos pedagógicos (Carvalho & Baptista, 2004), promovendo a organização de respostas integradas e polivalentes que vão de encontro às necessidades da população, estabelecendo um efeito gerador de prevenção e de minimização dos fatores que originam a exclusão social e assumindo-se esta intervenção como um agente de desenvolvimento social e comunitário e de promoção da cidadania. É neste sentido que consideramos que a intervenção social, numa perspetiva de projetos socioeducativos, requer uma sensibilidade relacional e uma consciência das múltiplas variáveis que condicionam a vidas das pessoas, das instituições e das comunidades. Por isso, torna-se necessário que os projetos tenham abordagens sistémicas, holísticas, integradas e integradoras, e detenham uma capacidade para identificar, conhecer e valorizar os sujeitos da ação – a sua história, problemas, interesses, anseios e expectativas (Carvalho & Baptista, 2004).

Em termos globais, consideramos que a nossa experiência profissional de coordenação do Projeto Raiz sempre se fundamentou no espírito humanista da Pedagogia Social, sendo de destacar a forte relação de proximidade com a sua população, o envolvimento e a participação positiva das crianças, jovens e familiares nas atividades do projeto e todo o trabalho desenvolvido em rede com as diversas instituições parceiras que têm contribuído de forma muito positiva para a dinâmica sociocomunitária do projeto ao longo da sua intervenção.

## **2. Trabalho Sociopedagógico em Rede**

A coordenação do Projeto Raiz é a nossa experiência profissional mais enriquecedora, onde adquirimos profundos conhecimentos na área da concepção, execução, gestão e avaliação de projetos sociocomunitários de intervenção local, na área da gestão de equipas técnicas multiprofissionais, na área da mediação social e na área da cooperação interinstitucional em rede. Como refere o Diagnóstico Social do Porto, realizado pela FEP-UCP sob a coordenação de Joaquim Azevedo e Isabel Baptista “a compreensão da realidade social requer visões amplas e partilhadas, construídas segundo dinâmicas de hospitalidade interpessoal, interdisciplinar, interprofissional e interinstitucional. Em diálogo, seja em torno de concepções, seja à volta de experiências, seja em redor de projectos, confrontando perspectivas, podemos chegar mais longe, mais depressa e melhor nos esforços que é necessário realizar para respondermos solidariamente aos problemas humanos e sociais” (Diagnóstico Social do Porto, CLASP, Porto, 2010).

Partindo da nossa experiência profissional e tomando como exemplo a dinâmica de Pedagogia Social do Projeto Raiz, assumimos como base da sua intervenção a constituição do seu consórcio de instituições e, conseqüentemente, a estruturação da sua dinâmica socioeducativa a partir da promoção de um trabalho em rede continuado e ao longo do tempo nas diferentes fases do projeto. Defendemos, assim, que o trabalho em rede e a sua organização em redes de parcerias na intervenção social devem constituir-se como um paradigma do trabalho social, desenvolvendo-se à luz da Pedagogia Social e do seu quadro de valores de referência.

Sabemos, hoje, que o trabalho em rede e a cooperação institucional são uma exigência incontornável para a promoção, desenvolvimento e gestão dos projetos sociocomunitários, mas, devem ser sustentados em princípios e valores de governação e regulação social no âmbito de uma cidadania mais ativa, participativa, de compromisso e de implicação em torno das instituições e das pessoas que as promovem. As parcerias são territórios relacionais, generativos e construídos, necessariamente, no coletivo e numa partilha entre os seus atores, gerando um investimento de vontades, empenhamento e construção de laços de confiança, institucionais e pessoais. As parcerias sustentam-se na ideia da cooperação e do trabalho em rede, e exigem transparência, abertura, solidariedade, confiança e um ideal comum.

Assim, assumindo como exemplo a prática da intervenção socioeducativa em rede dinamizada pelo Projeto Raiz, consideramos as parcerias institucionais como um grupo de pessoas e de instituições em rede que estão juntas e envolvidas na mesma dinâmica porque cada uma delas tem meios e capacidades de contribuir para o sucesso dessa dinâmica, com tudo o que isso implica: o estabelecimento de relações baseadas no respeito, na confiança, na transparência, na partilha de opiniões, no saber escutar, na valorização pessoal, no reconhecimento das competências, da autoria individual, na motivação, na negociação e no olhar positivo sobre o “outro”. E, tudo isto, porque este grupo de pessoas sente-se ligado entre si, numa perspetiva de partilha de valores e sabendo que cada membro do grupo pode contribuir para melhorar este trabalho em rede, numa perspetiva de aprendizagem constante.

Esta metodologia de trabalho em rede assim constituída, além de reforçar os laços estabelecidos e a confiança entre todos, valoriza cada instituição, desde a mais pequena associação local até ao organismo público mais importante, fazendo com que todos os parceiros se sintam integrados, verdadeiramente, num trabalho em rede, independentemente do seu nome, peso social e/ou político.

As redes de parcerias constituídas a partir de uma perspetiva de Pedagogia Social, podem, assim almejar promover um trabalho em rede de projetos de intervenção socioeducativa que vão de encontro aos problemas reais das populações, projetos que sejam construídos de fora para dentro, projetos que sejam com e para as pessoas, trabalhando na e em comunidade, na e em relação, numa perspetiva de implicação, proximidade e de envolvimento das pessoas, dando-lhes voz e fazendo-as participar na resolução dos seus próprios problemas. Redes de parcerias sociopedagógicas que fomentem um trabalho de proximidade entre os seus agentes e de compromisso com a comunidade onde estão inseridas.

Consideramos assim a intervenção socioeducativa em rede uma base fundamental para o sucesso dos projetos sociocomunitários, permitindo que diferentes instituições contribuam para o desenvolvimento das suas populações, que trabalhem na comunidade, nas suas fronteiras, criando elos de ligação, de comunicação, de diálogo, promovendo as relações humanas, construindo afetos e solidariedades entre as pessoas, construindo a partilha de uma visão comum da comunidade e enriquecendo o seu capital social. Redes de parcerias sociopedagógicas baseadas nos valores humanos e numa ética institucional e profissional, que criem elas próprias redes de proximidade comunitárias, redes de valores, redes de conhecimento, redes de mediação, redes de pedagogia, e onde

ser parceiro seja poder participar, fazer parte, tomar posição, dar testemunho, promovendo um trabalho sociopedagógico onde o mais importante são as pessoas e a comunidade, no sentido de transformação social e de desenvolvimento social e pessoal.

Entendemos que nas dinâmicas dos projetos sociocomunitários a constituição de um trabalho em rede é uma condição necessária e incontornável para promover processos de mudança social, que não estão ao alcance de um único ator social, trabalhando e agindo sozinho, fechado sobre si mesmo. Assim, na perspectiva configurada pela constituição de redes de parcerias sociopedagógicas, elas são ao mesmo tempo uma inovação e uma ferramenta propulsora dessa inovação para a comunidade. Se o conceito de parceria integra a noção de “fazer parte de”, a prática da parceria torna-se um ponto de ancoragem do desenvolvimento das pessoas e das comunidades. Precisamos de parcerias ativas e solidárias que levem ao reconhecimento de uma identidade comum e à formulação de uma metodologia partilhada que tem em conta, antes de mais, a pessoa e a sua comunidade, numa perspectiva de generatividade e inovação dos processos sociais, atualizados em pequenos mas firmes passos, e de “construção lenta e quotidiana, responsabilidade de todos, de formas superiores de vida em comum” (Azevedo, 2001). Deste modo, consideramos que no trabalho social não basta escolher os parceiros e constituir as redes de parcerias para os projetos, é necessário que todos os parceiros “escolham” os projetos em causa, os sintam como seus e de todos, de toda a comunidade, e onde todos os atores sociais possam ter uma voz, na sua singularidade, contribuindo para o bem comum e comunitário.

Associamo-nos porque partilhamos com alguém afinidades, interesses, gostos, desejos, vontades, sentimentos, ideias e ideais, sonhos e utopias. E, associamo-nos uns com os outros, porque temos dentro de nós uma vontade de partilhar estas emoções numa aprendizagem contínua de todos, com todos e para todos. Constituímos parcerias porque sabemos que assim estas nossas emoções mais facilmente serão transmitidas a outras pessoas, a um número infinitamente maior de pessoas do que se as transmitíssemos sozinhos, em permanente diálogo, partilha e troca de emoções e experiências pessoais. Mas, quem faz as parcerias são as pessoas, concretas, com um nome, uma história e uma identidade. E as parcerias, dependendo das pessoas que as constituem, ou crescem e evoluem ou definham e desaparecem.

Quantas vezes, ao nível dos discursos produzidos, encontramos nas redes de parcerias a afirmação de uma implicação e participação profunda das suas instituições nos processos de transformação social, mas, verificamos, depois, que esta é, tantas

vezes, uma “participação sem participantes” (Ferreira, 2004). Onde o que se pretende é promover a lógica da participação, e não ela mesma, no sentido em que as parcerias são construídas no papel e apenas como requisito legal para a constituição de um qualquer projeto social, em que se juntam sempre as mesmas instituições numa qualquer rede de parcerias, isolada das práticas de terreno e reinventando-se nos momentos das assinaturas dos relatórios de avaliação dos projetos. Este é o paradoxo do discurso das redes de parcerias que, também, tantas vezes encontramos nos projetos sociais. Como refere Fernando Ilídio Ferreira, “a noção de parceria surge como uma espécie de palavra mágica, através das políticas incitativas de um Estado dito agora ”animador”, “supervisor”, “avaliador” e “mediador”, não tanto ligada ao terreno e às dinâmicas locais, mas sobretudo à retórica” (2004).

Sem prejuízo das boas práticas de redes institucionais que existem, assistimos muitas vezes à constituição de redes de parcerias fundadas apenas em interesses institucionais próprios, muitas vezes com fins pessoais ou políticos (porque as instituições e as redes não existem no vácuo, são constituídas por pessoas específicas), de ascensão social ou valorização pessoal. Não poucas vezes assistimos, igualmente, ao controlo das redes de parcerias por uma única instituição parceira, que se sobrepõe às outras instituições, tendo como única finalidade o exercício do poder e a legitimação desse poder na própria rede, ou o aproveitamento dos projetos e das suas populações como instrumentos de deificação de instituições e de dirigentes interessados apenas nos seus próprios interesses. São as redes de parcerias por projetos, em que o essencial não é realizado, nem sequer pensado, pois a finalidade destas redes é apenas existirem, e não atuarem ou agirem em prol das suas comunidades e das suas pessoas.

Defendemos assim que as redes de parcerias no trabalho social devem, à luz da Pedagogia Social e do seu quadro de valores de referência, ser redes sociopedagógicas, constituindo-se como um novo paradigma de intervenção e supervisão pedagógica, ela mesma em rede. Este imperativo conduz-nos à necessidade de equipas multiprofissionais coerentemente alicerçadas em dinâmicas de interdisciplinaridade e interprofissionalidade.

### **3. Coordenação de Equipas Multiprofissionais**

O trabalho e a intervenção social em Portugal, tal como já referimos anteriormente, sofreram profundas transformações nos últimos 15 anos. No âmbito da atual crise europeia e da crise do Estado-Providência, e sendo Portugal um dos países mais pobres da União Europeia, onde os fenómenos da exclusão social mais têm contribuído para a desagregação dos laços sociais das nossas comunidades, foram erigidas, sobretudo a partir dos anos 1990, numa perspetiva de reforma das políticas públicas de segurança social, um conjunto de medidas que levaram ao surgimento de uma série de programas e projetos sociais por todo o país, começando o trabalho social a ter um cada vez maior peso na ajuda e reconstrução das vidas das pessoas afetadas pelos dramas humanos da exclusão.

Legitimado politicamente, o trabalho social logo se legitimou, igualmente, pelos inúmeros profissionais que começaram a trabalhar nesta área. Profissionais oriundos, predominantemente, da área das ciências sociais e humanas, mas de diferentes disciplinas: Serviço Social, Psicologia, Sociologia, Antropologia, Educação Social, Animação Sociocultural, Ciências da Educação, entre outras. Assim, consideramos que esta diversidade de saberes, conhecimentos e experiências só veio aumentar a riqueza das dinâmicas de intervenção social, realizada numa perspetiva de diferentes saberes e de um trabalho multiprofissional e em equipa.

Partindo da nossa experiência profissional, concretamente na coordenação de projetos sociocomunitários, ao longo dos anos o nosso percurso levou-nos a contactar e a trabalhar com diversos profissionais do trabalho social. Deste modo, assumimos a importância de refletir sobre a prática de trabalho social entre diferentes profissionais, oriundos de disciplinas específicas, cada uma contendo em si um determinado saber e um determinado conjunto de valores e ética profissional, e regendo-se estes diferentes profissionais pelos valores inerentes à sua disciplina de origem, mas, também pelos seus próprios valores e ética individuais. Estando estes profissionais, ao mesmo tempo, implicados nas suas intervenções socioeducativas, de que modo, todo este conjunto de ideais, saberes e valores se interligam entre si, que aproximações fazem a disciplinas diferentes, aos seus valores e aos seus profissionais, que valores acabam por estar subjacentes a este trabalho interdisciplinar, ao próprio trabalho social e como esta prática afeta a intervenção social, acabando por afetar, igualmente, as populações que dela beneficiam.

Consideramos que apesar dos inegáveis aspetos positivos e vantagens que resultam deste trabalho em parceria dos vários profissionais da intervenção social, o trabalho conjunto entre profissionais de disciplinas diferentes levanta um problema que pode originar diferentes interpretações do que devem ser as intervenções socioeducativas. Trata-se da questão da sobreposição da ética e dos valores profissionais inerentes a cada uma destas disciplinas no contexto do trabalho social. Se as vantagens e os aspetos positivos do trabalho em parceria de diferentes disciplinas são inúmeros, ele pode, também, originar tensões, confrontos e perspetivas distintas do que cada um destes profissionais entende por trabalho social. Esta problemática que envolve a ética e os valores profissionais pode colocar-se porque cada uma destas disciplinas do trabalho social tem subjacente, profissionalmente, determinadas normas ou regras de conduta, de valores e de ética pelas quais se devem reger os seus profissionais, são os seus códigos deontológicos. Por outro lado, cada um destes profissionais tem os seus próprios valores individuais, as suas ideologias, a sua ética, a sua moral, pelas quais conduzem as suas vidas e que acabam, muitas vezes, por condicionar a sua visão, ação e práticas profissionais. Assim, diferentes valores profissionais e individuais podem levar a conceções diferentes sobre a intervenção a realizar e, sobretudo, a conceções diferentes sobre as pessoas para quem se dirige a intervenção. Apesar de estes profissionais do trabalho social trabalharem num contexto interdisciplinar e em parceria, partilharão os mesmos valores profissionais e a mesma ética profissional nesta dinâmica plural? E, como olham estes diferentes profissionais para as pessoas para quem trabalham, que olhar têm sobre o “outro”, o que é que elas representam e qual a sua importância na sua intervenção?

Na intervenção socioeducativa devem existir diferentes profissionais, oriundos de várias disciplinas e saberes, mas, apesar de estes profissionais trabalharem em conjunto, em parceria, não significa que partilhem a mesma ética e os mesmos valores profissionais. Donde, profissionais na mesma rede de trabalho, mas, com valores, ética e perceções diferentes da relação humana, das pessoas, dos seus problemas e das suas causas, originam ideias e práticas de intervenção distintas. Muitas vezes, incompatíveis entre si. Podem assim, as intervenções socioeducativas ficar comprometidas, derivado de incompatibilidades entre os valores profissionais das diferentes disciplinas dos profissionais envolvidos, em prejuízo da resolução dos problemas e da melhoria das condições de vida das pessoas e das populações.

Deste modo, consideramos que muito do trabalho interdisciplinar realizado na intervenção social assume a forma do que Carrier e Kendall designam de multiprofissionalismo, onde “as tradicionais formas e divisões do saber e autoridade profissionais são retidas” (In Banks, 2004). Neste tipo de trabalho em rede e interdisciplinar, cada profissional trabalha no que é específico da sua área, da sua disciplina, não havendo uma partilha de valores diferentes nem um assumir de diferentes papéis na intervenção. Existe sempre um nível mínimo de cooperação, de troca de informação, de apoio logístico, material ou humano. Mas, existe uma noção clara do que é suposto cada profissional saber e fazer, sendo proibidas intromissões por parte dos restantes profissionais. Carrier e Kendall definem, também, um outro tipo de trabalho de parceria entre diferentes profissionais com o qual nos identificamos e que sempre praticámos na nossa experiência profissional na intervenção socioeducativa à luz da Pedagogia Social – o interprofissionalismo, onde existe “uma vontade de partilha e de recusa da reivindicação de um saber especializado, se as necessidades da população podem ser melhor servidas por outros grupos de profissionais” (In Banks, 2004).

Sendo o interprofissionalismo um valor da Pedagogia Social, assumimos que este conceito esteve sempre subjacente ao nosso percurso profissional na coordenação de projetos sociocomunitários e na coordenação de equipas técnicas, especificamente no Projeto Raiz. Assim, consideramos que a interprofissionalidade deve ser, cada vez mais, o caminho a seguir na prática do trabalho social, pois, nesta perspetiva, os profissionais não abdicam ou renunciam aos seus saberes, valores, autoridades ou papéis, mas, antes, constroem, em conjunto, num trabalho de partilha, novos saberes, novos valores e novos papéis para a sua intervenção, tendo em vista a sua eficácia e qualidade junto das populações que dela beneficiam. Como refere Sarah Banks, a interprofissionalidade “em termos éticos, pode ser vista, como tendo como principal preocupação a promoção do bem-estar da pessoa a quem é dirigida, e tendo uma perspetiva da intervenção como um todo, cumulativamente, isto produziria um enorme bem-estar ou satisfação pessoal a todas as pessoas a quem é dirigida a intervenção” (2004).

Apesar de existirem alguns receios, a nosso ver infundados, de este tipo de intervenção interprofissional poder levar à perda da identidade profissional ou do desaparecimento de valores específicos de cada disciplina em detrimento dos valores de outras disciplinas, as vantagens de uma abordagem deste tipo de intervenção são várias. Desde logo, os próprios valores que passam a ser inerentes a uma intervenção interprofissional são construídos em conjunto, num ambiente de partilha e negociação

entre os profissionais na definição de um conjunto de valores e princípios éticos que possam ser aceites e partilhados por todos, sem o prejuízo de cada disciplina poder manter os seus próprios valores que lhe são inerentes, e valorizando a contribuição de cada profissional nesta definição, em comum, dos valores subjacentes à intervenção (Banks, 2004). Este novo paradigma de intervenção leva, assim, a que cada disciplina aprofunde e reflita sobre os seus próprios valores, fazendo, igualmente, com que cada profissional reflita sobre os seus próprios valores individuais e sobre a sua identidade profissional. Além disso, ainda segundo a mesma autora, a interprofissionalidade leva à valorização das experiências profissionais dos diferentes técnicos e dos seus pontos de vista, construindo-se e valorizando novas práticas profissionais em conjunto, bem como, o assumir de diferentes papéis e de diferentes tarefas na intervenção.

Consideramos que a interprofissionalidade é o caminho a seguir no trabalho social, sendo através desta abordagem que os valores profissionais de cada disciplina vêm ao de cima, são discutidos, construídos, negociados, reformulados, num ambiente de verdadeira partilha de opiniões e de reflexão sobre a própria intervenção socioeducativa. Como refere Sarah Banks, o trabalho social “baseia-se fortemente nos valores (os valores fazem parte do que constitui o trabalho social), mas, o trabalho social é ele próprio um conjunto de valores” (2004), pelo que, necessariamente, os profissionais do trabalho social devem começar a refletir sobre os seus próprios valores individuais e como estes se relacionam com os da sua profissão específica e com os da intervenção social. Sendo que, numa perspetiva da Pedagogia Social, onde estamos inseridos, estes valores prevaletentes no trabalho social devem ser os valores humanos, dos direitos e da dignidade humanas, pois, só assim, poderemos olhar para o “outro” como pessoa, com um rosto e com uma identidade, e com problemas que urge solucionar. Para isso, todas as contribuições são importantes, desde as várias disciplinas do trabalho social, os seus saberes e valores, mas, sobretudo com os profissionais que fazem, no terreno, no quotidiano, no dia-a-dia, a intervenção acontecer, promovendo e privilegiando os valores da vida humana como algo de único e fundamental nas nossas sociedades.

A interprofissionalidade surge assim como uma prática honesta, onde todos os profissionais podem ter voz, um papel ativo nas decisões e, sobretudo, construir uma intervenção baseada, de facto, na partilha de vários saberes, conjugando-os com os valores inerentes a cada profissão e a cada profissional, numa definição conjunta desses mesmos valores. Torna-se assim necessário aprofundar a reflexão individual sobre os

nossos próprios valores que nos definem enquanto pessoas para, de seguida, aprofundarmos os valores inerentes à nossa disciplina de base e, finalmente, cruzar e conjugar estes valores em prol de intervenções socioeducativas baseadas nos valores mais profundos que constituem as nossas sociedades e as nossas vidas, os valores humanos. Como profissionais da intervenção socioeducativa estamos, igualmente, comprometidos com esta nova responsabilidade da interprofissionalidade na coordenação dos projetos sociocomunitários, tendo sempre assumido no nosso percurso profissional de coordenação de equipas técnicas uma perspetiva humanista de construção e partilha de valores profissionais comuns, fundada nos direitos, valores e dignidade da pessoa humana, e assumindo sempre a nossa ação no trabalho social no contexto da relação com outros profissionais como uma prática interprofissional.

#### **4. Ética e Valores Profissionais**

Conforme vem sendo afirmado, a intervenção socioeducativa lida com a complexidade inerente aos fenómenos da exclusão social e com a complexidade da diversidade humana, interagindo os seus profissionais uns com os outros, partilhando os seus saberes, as suas práticas, as suas metodologias e os seus discursos, teóricos, técnicos e científicos. O que nos conduz para a reflexão ética e deontológica. Em que medida é possível aos profissionais da intervenção socioeducativa reterem um conjunto de valores profissionais e de princípios éticos que possam ser comuns a todos?

Esta ideia ganha pertinência reforçada numa época marcada por transformações na organização e nas práticas sociais do trabalho social por toda a Europa, enquadradas no atual momento histórico de crise social que se vive na Europa, nomeadamente, a crise do Estado-Providência, com cortes orçamentais nos recursos do setor público, privatização de serviços públicos ou novas formas de gestão centradas na economia, na efetividade e eficiência e de uma orientação geral de desprofissionalização. Como referem McBeath & Webb “o trabalho social pós-moderno rejeita a ambição ética e racionaliza as suas funções para ser capaz de providenciar serviços com capacidade de resposta aos consumidores, num critério de eficiência e controlos orçamentais mais apertados” (McBeath & Webb, 1991). Para Sarah Banks (2001), esta é a abordagem do

trabalho social pós-moderno que dispensa qualquer noção de princípios éticos e valores universais a favor da eficiência e do “desempenhismo” – criar um rendimento máximo com um investimento mínimo. A mesma autora refere ainda que para outros autores é mais importante do que nunca, atualmente, existir um conjunto de valores no trabalho social de forma a prevenir a fragmentação do próprio trabalho social e a perda da identidade profissional dos trabalhadores sociais. Citando a Federação Internacional de Trabalhadores Sociais, “desenvolver, a um nível europeu, os valores dos quais o trabalho social depende nos nossos respetivos países constitui uma obrigação profissional, articulada no Código Internacional de Ética” (2001).

Deste modo, partimos do pressuposto que toda a intervenção social deve ser realizada numa perspetiva socioeducativa, axiologicamente comprometida, marcada pelos valores humanistas e por uma ética de proximidade e relacional. E, neste sentido, consideramos que o trabalho social não pode deixar de se reger por um conjunto determinado de valores profissionais, enquadrados na Pedagogia Social, pois, projetos de promoção do desenvolvimento humano terão, sempre, de conter em si, uma perspetiva humanista de encontro com o “outro”. Ao longo da nossa experiência profissional no trabalho social, foi sempre este o princípio orientador da nossa ação na coordenação de projetos socioeducativos.

Trabalhando ao longo destes anos em diversas equipas multidisciplinares e com profissionais oriundos de diversas áreas académicas, fomos encontrando, nesta experiência mais que profissional, de vida, uma variedade de posturas éticas e de valores profissionais subjacentes às dinâmicas sociais e aos seus diferentes profissionais. Reconhecemos que muitos dos profissionais com quem fomos interagindo, norteavam a sua prática profissional segundo os seus próprios valores pessoais (intrínsecos a si mesmo, da sua personalidade, do seu ser), assumindo posturas na sua prática profissional incoerentes com os valores que defendemos deverem ser orientadores da intervenção socioeducativa. Como sempre procurámos refletir e ter uma postura crítica perante a desumanidade, a desigualdade, as injustiças sociais e a exclusão que constantemente persistem, no nosso quotidiano, em Portugal e no mundo, desde o início do nosso percurso profissional no trabalho social que reconhecemos a nossa ação nos valores que devem reger a vida humana, enunciados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, tão longe, ainda, de uma parte considerável da humanidade. Por isso, reconhecemos na intervenção social, o sentido transformador dos projetos sociais no

sentido de projetos pedagógicos (Carvalho & Baptista, 2004), comprometidos com a ética e os valores da Pedagogia Social.

A reflexão com que nos fomos confrontando no nosso percurso profissional é que diferentes valores profissionais podem levar a diferentes interpretações da intervenção socioeducativa e a diferentes práticas e comportamentos por parte dos profissionais do trabalho social. Não existindo um mesmo conjunto de valores profissionais comum, mais facilmente os profissionais poderão reger as suas práticas à luz dos seus valores individuais e pessoais. E, diferentes valores profissionais e individuais podem levar a concepções diferentes sobre as intervenções e sobre as pessoas em fragilidade humana. Como referimos anteriormente, os profissionais do trabalho social são oriundos de disciplinas específicas, cada uma contendo em si um determinado saber e um determinado conjunto de valores e de ética profissional.

Cabe-nos então perguntar: que valores profissionais acabam por estar subjacentes à sua ação nas dinâmicas de intervenção socioeducativa, e de que modo esses valores afetam a intervenção, acabando por afetar, igualmente, as populações que dela beneficiam?

Existem, atualmente, inúmeras dinâmicas sociais com vista à erradicação do fenómeno da exclusão social em Portugal. Nunca como hoje, se verificou uma aposta tão forte, pública e privada, no financiamento de projetos de intervenção social. São constituídas inúmeras parcerias, partenariados, consórcios entre diversas instituições para juntos trabalharem na e em comunidade. Dezenas de profissionais e especialistas associam-se num trabalho e esforço interdisciplinar e interprofissional. Mas, apesar destas vontades, desta força imensa, a exclusão persiste, e vai, lentamente, seguindo o seu caminho, contribuindo para a fragmentação das nossas comunidades e populações.

Verificamos assim que inúmeras pessoas em fragilidade humana, oriundas de contextos sociais vulneráveis e marginalizados, passam ao longo do seu processo de desenvolvimento pessoal por diversas instituições, projetos, valências e profissionais do trabalho social, que incluem educadores, professores, assistentes sociais, animadores socioculturais, psicólogos, sociólogos, antropólogos, entre outros técnicos. Desde cedo, estas pessoas têm a possibilidade de participar em ações que podem contribuir para o seu desenvolvimento humano integral e de serem ajudados no seu desenvolvimento por estes profissionais. No entanto, em determinadas situações, verificamos que apesar deste apoio social e humano, as problemáticas de exclusão destas pessoas acabam por persistir. Este fenómeno deve ser encarado sob diversas perspetivas, existindo diversas

respostas possíveis à luz de diferentes disciplinas e saberes científicos. Também, inúmeros fatores ecológicos e sociais interagem entre si numa tentativa de compreensão deste fenómeno.

Igualmente, a nossa experiência profissional leva-nos a refletir sobre se o facto de os profissionais do trabalho social regerem a sua ação à luz dos valores das suas disciplinas de origem, e mesmo à luz dos seus próprios valores individuais, e de não deterem um mesmo conjunto de valores partilhados à luz da axiologia da Pedagogia Social, acaba por ser mais uma dimensão possível de compreensão deste fenómeno. Na medida, em que o “olhar” que se tem sobre as pessoas pode não ser um “olhar” humanista, de confiança, de acreditar, sempre, na educabilidade e perfectibilidade de todos os seres humanos (Carvalho & Baptista, 2004), de acreditar na pessoa que está à minha frente, não desistindo dela e do seu futuro, confiando nas suas potencialidades, competências e capacidade de mudança pessoal. Existirão profissionais da intervenção social que não detenham em si mesmo os valores individuais de altruísmo, de abnegação, generosidade, solidariedade ou confiança. Poderão ter outros valores pessoais que não os da Pedagogia Social e, assim, reger a sua ação por esses valores.

Sarah Banks refere que os valores são inerentes ao trabalho social, e legitima este argumento com as mais recentes regulamentações do “Central Council for Education and Training in Social Work” que refere que “a competência no trabalho social é produto de conhecimento, habilitações e valores” (2001). Além disso, a autora refere que os trabalhadores sociais, na sua prática de relação com as pessoas, são vistos como utilizando uma série de valores profissionais, e o normal é que estes valores sejam universais a todos os trabalhadores sociais, qualquer que seja a sua função ou competência, sendo exclusivos do trabalho social. E os valores profissionais são distintos dos valores pessoais, pois, estes valores refletem as vivências, modos de pensar, crenças religiosas, políticas ou morais de uma pessoa. Assim, os valores profissionais devem sempre prevalecer relativamente aos valores pessoais, pois, são de uma ordem mais alta e mais imparciais que estes (2001). Sarah Banks refere-nos, também, que os valores contidos nos códigos profissionais de ética de diferentes países são muito semelhantes, apesar de poderem variar na sua ênfase. Assim, tomando como base o código de ética da “British Association of Social Workers” a autora enuncia os seguintes valores comuns a vários códigos de éticos europeus, nos quais reconhecemos a nossa ação enquanto profissionais do trabalho social e ao longo do nosso percurso profissional: 1 - respeito pelas pessoas – o reconhecimento do valor e da dignidade de

todos os seres humanos; 2 – auto-determinação da pessoa – facilitação da auto-realização de cada pessoa com o devido respeito pelos interesses dos outros; 3 - promoção do bem-estar humano – alívio e prevenção da aflição e do sofrimento; 4 - integridade profissional e competência – compromisso de servir estes fins com integridade e aptidão; 5 - justiça social – o direito e o dever de chamar a atenção para as formas pelas quais o governo, a sociedade ou as instituições criam ou contribuem para os estados de aflição e sofrimento das populações (Banks, 2001).

Enquadrados que estamos na Pedagogia Social, defendemos que as dinâmicas socioeducativas, na perspectiva do trabalho social, devem ser axiologicamente comprometidas, marcadas pelos valores humanistas e assumirem uma ética de proximidade. A intervenção socioeducativa realizada nos contextos de fragilidade humana, onde o ser humano se desfragmenta lentamente, perdendo um pouco mais de si, dia-a-dia, não pode ser encarada de um modo organizacional face à complexidade das situações onde se intervém. Assim, uma intervenção socioeducativa que fomente o desenvolvimento das populações terá que ter, necessariamente, uma perspectiva comunitária, de um trabalho na e com a comunidade, promotora da relação humana, construindo afetos e solidariedades entre as pessoas, entre as comunidades, reconhecendo nas pessoas uma identidade própria, um rosto e uma história de vida pessoal, construindo a partilha de uma visão comum da comunidade e enriquecendo o seu capital social.

Os projetos de intervenção sociocomunitária ganham sentido quando se experiencia, se sente e se vive o drama humano das populações que pretendemos ajudar, arraigados que estamos desse nobre ideal de construir um mundo melhor para as nossas comunidades, responsabilidade de todos. Por isso, defendemos a construção dos projetos sociais num espírito de solidariedade, de darmos-nos a nós próprios como pessoas, seres humanos iguais aos outros, ao nosso próximo e, com ele, crescermos em conjunto. Projetos com e para as pessoas, reconhecendo as suas fragilidades, problemas e necessidades, mas, igualmente, as suas forças, aspetos positivos e potencialidades.

Deste modo, defendemos como princípios orientadores dos projetos de intervenção sociocomunitária, o seu sentido transformador, o seu sentido integrador e o seu sentido ético, tendo por base as premissas da intervenção socioeducativa: quem intervém, para quem, com quem, porquê, para quê, a partir de quê, com quê, onde, como, quando, o que já foi conseguido/o que falta ainda conseguir (Carvalho & Baptista, 2004). Enquadrados num contexto de ética pedagógica, podemos, assim,

almejar promover dinâmicas de intervenção socioeducativa que vão de encontro aos problemas reais das populações, projetos que sejam construídos de fora para dentro, trabalhando na e em comunidade, com e para as pessoas, promovendo a relação humana, numa perspetiva de implicação e de envolvimento das pessoas, dando-lhes voz e fazendo-as participar na resolução dos seus próprios problemas. Projetos pedagógicos que fomentem a proximidade entre as pessoas e os compromissos com a comunidade.

Partindo da nossa dinâmica socioeducativa no Projeto Raiz, defendemos no trabalho social projetos comprometidos com uma matriz axiológica definidora da sua intervenção, pois, projetos que não são neutros e que seguem determinados valores na sua intervenção conferem aos seus profissionais uma legitimidade maior de ação. E, esta matriz axiológica, não pode deixar de se enquadrar nos valores inerentes à Pedagogia Social, pois, projetos de promoção humana terão, sempre, de conter em si, uma perspetiva humanista de encontro com o “outro”, conferindo-lhe humanidade, numa perspetiva de valorização humana do rosto que nos encara, frente-a-frente, numa união solidária, de esperança, de aprendizagem e de educabilidade constante com as pessoas.

Numa época histórica em que, precisamente, os valores e a ética cada vez menos significado têm na esfera pública e privada das nossas sociedades, defendemos que os valores profissionais devem ser a base fundamental de referência de atuação no trabalho social, quer pelos seus profissionais, quer pelas agências, instituições e estruturas que coordenam e enquadram as dinâmicas sociocomunitárias. Esta dimensão institucional não pode ser descurada, pois, quem faz as instituições, quem lhes dá “vida”, são os homens e as mulheres que as dirigem e que nelas trabalham. As instituições não são entidades autónomas e os seus dirigentes deverão fazer com que os valores profissionais sejam orientadores nas suas instituições, humanizando-as e implementando-lhes uma filosofia institucional baseada na ética e valores profissionais.

Na nossa experiência profissional, o Projeto Raiz representa um momento paradigmático desta noção institucional, pelo primado da ética e dos valores que as instituições que constituem o seu consórcio assumem nas suas dinâmicas institucionais. Defendemos igualmente, que esta preocupação com a ética e com os valores profissionais deveria ser a base das orientações governativas e do legislador quando concebem novas diretrizes, regulamentos e procedimentos para a intervenção socioeducativa e respetivos profissionais.

Neste sentido, importa proceder a uma reflexão permanente sobre a ética e os valores profissionais no trabalho social, de modo a minimizar a crescente fragmentação,

perda de identidade profissional inerente ao trabalho social e a falta de reflexão sobre os valores profissionais por parte dos próprios trabalhadores sociais e das suas instituições. Torna-se, assim, urgente promover o debate em torno dos valores e da ética do trabalho social em Portugal, de modo a que a atuação e a conduta dos trabalhadores sociais seja coerente com os valores profissionais enquadrados pela Pedagogia Social.

## **5. Equipa de Pedagogia Social – FEP-UCP**

A entrada da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa, Porto no consórcio de instituições do Projeto Raiz em 2004, promoveu uma transformação na dinâmica sociocomunitária do projeto que originou uma melhoria substancial na organização da sua intervenção, das suas práticas e da sua filosofia de ação, conferindo-lhe valores de humanismo, relação e proximidade. Este aprofundamento qualitativo da dinâmica do projeto acabou por ser reconhecido por todas as entidades do consórcio do Projeto Raiz e, igualmente, pelo próprio Programa Escolhas, como se pode verificar no Anexo C “Relatório de Avaliação Central do Projecto Raiz-NC-039” para o período de avaliação do ano 2011.

Assim, a nossa ação enquanto diretor sociopedagógico do Projeto Raiz tomou, igualmente, uma outra dimensão qualitativa a partir desta relação com a FEP-UCP, tornando-se mais estruturada, exigente e melhor preparada para enfrentar os desafios inerentes à intervenção socioeducativa.

Mas, a partir deste período, começamos também a ter uma colaboração ativa e regular com a FEP-UCP (2005-2012) que transcendeu e foi para além da própria ação do projeto e que nos conduziria à frequência do Mestrado e, sobretudo, à inserção na rede de colaboradores de Pedagogia Social. Entramos, assim num processo de transformação pessoal e profissional sem precedentes no nosso percurso profissional, marcando e enriquecendo definitivamente a nossa ação enquanto pessoa e enquanto profissional no quadro da Pedagogia Social. A entrada para a equipa de Pedagogia Social da FEP-UCP e a participação nas suas dinâmicas formativas e de supervisão dotou-nos de novas capacidades académicas e profissionais, permitindo aprofundar aprendizagens e conhecimentos relativos aos modos de ser e agir na mediação social e na coordenação de projetos socioeducativos.

Num período inicial, e ainda no âmbito da nossa ação enquanto coordenadores do Projeto Raiz, colaborámos com a FEP-UCP na construção do curso de formação “Jovens, escola, família – Itinerários de aprendizagem”, com coordenação científica do Professor Doutor Joaquim Azevedo. Este curso de formação foi criado no âmbito do consórcio de instituições do Projeto Raiz, estando prevista a sua dinâmica na própria candidatura do projeto realizada ao Programa Escolhas 2ª Geração. Tendo como objetivos “promover práticas pedagógicas conducentes a uma maior inclusão escolar e social das crianças e jovens; estimular a relação entre pedagogia escolar e pedagogia social; e potenciar os circuitos de interação entre família e outros contextos de aprendizagem” (Brochura FEP-UCP, 2005), esta ação foi construída no âmbito do Projeto Raiz para ser destinada a professores, educadores e outros agentes de desenvolvimento humano, preferencialmente que colaborassem no projeto. A ação do projeto partia do entendimento que “uma intervenção centrada nas crianças e jovens não pode ignorar a multiplicidade de redes de apoio à sua integração social e escolar, a começar pelas que se referem à estrutura familiar” (Baptista, Brochura FEP-UCP, 2005). Assim, este curso foi concebido “como resposta à necessidade de promover uma maior compreensão dos itinerários de vida e de aprendizagem das crianças e jovens, visando estimular os circuitos de interação e de colaboração que suportam as dinâmicas pedagógicas do projecto Raiz” (Baptista, Brochura FEP-UCP, 2005).

A nossa colaboração com a FEP-UCP no âmbito do curso “Jovens, escola, família – Itinerários de aprendizagem” foi assim percussora de uma colaboração ativa na equipa da Pedagogia Social da FEP-UCP.

No ano letivo de 2006-2007, o Plano de Formação da área da Pedagogia Social da FEP-UCP consistiu na dinamização de três cursos de especialização subordinados às temáticas formativas “Mediação Social – conceitos e práticas”, “Gestão de Projetos de Intervenção Comunitária” e “Ética e Intervenção Socioeducativa”, com coordenação científica do Professor Doutor Joaquim Azevedo e da Professora Doutora Isabel Baptista.

Tendo como referência “os imperativos de humanidade equacionados no quadro de uma cidadania solidária e inclusiva, estes cursos de especialização elegem como domínios de formação a Ética, a Gestão de Projectos e a Mediação Social, procurando assim responder às necessidades de formação contínua dos sujeitos de intervenção sócio-educativa, a quem cabe a responsabilidade de agir “com e para o outro” em contextos especialmente problemáticos, marcados pela vulnerabilidade, pelo sofrimento

e pela exclusão social” (Brochura FEP-UCP, 2006). Colaboramos novamente na equipa de Pedagogia Social da FEP-UCP na dinamização deste plano de formação, nomeadamente, no âmbito do curso de especialização “Gestão de Projetos de Intervenção Comunitária”, participando na construção do seu programa e fazendo parte da equipa de formadores.

Tendo como base a matriz da Pedagogia Social, o curso de especialização “Gestão de Projetos de Intervenção Comunitária” teve como objetivos “desenvolver competências no âmbito da planificação, avaliação e gestão de projectos de intervenção comunitária; equacionar cenários de intervenção no quadro de uma acção social organizada em estrutura de rede; e reflectir sobre novos valores profissionais, de acordo com os imperativos de trabalho em equipas multidisciplinares” (Brochura FEP-UCP, 2006). No ano letivo 2006-2007, colaborámos na equipa da Pedagogia Social da FEP-UCP fazendo parte da equipa de formadores que dinamizam o curso de pós-graduação para quadros técnicos das IPSS da Arquidiocese de Évora, com coordenação científica da Professora Doutora Isabel Baptista. Organizado em torno das áreas temáticas “Problemáticas contemporâneas da Pedagogia Social”, “Teoria e prática da intervenção sociopedagógica” e “Conceção e Gestão de projetos”, o curso de pós-graduação para quadros técnicos das IPSS da Arquidiocese de Évora teve como objetivos “reconhecer e valorizar o lugar da educação no processo do desenvolvimento humano; compreender, problematizar e desenvolver os espaços de intersecção entre a educação e o trabalho social; e aquisição de instrumentos teóricos e práticos potenciadores de uma intervenção sócio-pedagógica de qualidade, marcada pelo espírito humanista, pelo sentido ético e pela exigência profissional” (Brochura FEP-UCP, 2007).

Neste sentido, no âmbito deste curso de pós-graduação fazemos parte da equipa de formadores dos módulos “Ética e intervenção sócio-educativa: problemas e dilemas éticos; Ética e comportamentos profissionais (multiprofissionalidade e interprofissionalidade); Modelos de intervenção: metodologia de trabalho de projecto; e Promoção da infância e da juventude (medidas, estratégias de prevenção, acolhimento e formação” (Brochura FEP-UCP, 2007). No ano letivo de 2008-2009, o Plano de Formação da área da Pedagogia Social da FEP-UCP consistiu na dinamização do curso de formação especializada “Mediação social e formação ao longo da vida”, com coordenação científica da Professora Doutora Isabel Baptista. De notar que este curso foi organizado curricularmente por quatro módulos e um projeto de intervenção socioeducativa, podendo os formandos inscreverem-se para cada módulo de

especialização ou frequentar o curso na sua totalidade, o que neste caso podia atribuir um diploma de estudos superiores especializado (pós-graduação).

Tendo por base as dinâmicas de investigação e ação privilegiadas no seio da FEP-UCP, nomeadamente, em projetos de “Mediação de aprendizagem ao longo da vida”, “Formação e emprego”, “Desenvolvimento social territorial”, “Hospitalidade urbana” e “Escola-comunidade”, este curso de especialização assumiu como objetivos “o desenvolvimento de competências de mediação interpessoal, interprofissional, interinstitucional e intercomunitária, numa perspetiva de promoção do desenvolvimento humano e de uma cidadania solidária” (Brochura FEP-UCP, 2008). Os módulos de formação que compunham o curso “Mediação social e formação ao longo da vida” organizavam-se nas áreas temáticas “aprendizagem social e desenvolvimento humano; formação de adultos e cidadania social; dinâmicas de intervenção comunitária; ética e intervenção sócio-educativa; e projecto de intervenção” (Brochura FEP-UCP, 2008). Neste sentido, fazemos parte da equipa de formadores que dinamizam o módulo “Dinâmicas de intervenção comunitária”.

Paralelamente, desde 2007, fomos colaborando nos processos de estruturação dos diversos seminários “Encontros de Pedagogia Social” da FEP-UCP, participando na sua organização, mas, também, participando em painéis de trabalho, dando testemunho da nossa experiência profissional no trabalho social e na coordenação do Projeto Raiz. Em 2008, colaborámos com o nosso testemunho no artigo científico assinado por Joaquim Azevedo e Isabel Baptista sob o tema “Educadores Sociais: Quem são? O que fazem? Como desejam ser reconhecidos?” (In Revista *Cadernos de Pedagogia Social*, 2008, pp 45-60, UCP). Este artigo corresponde ao relato crítico de um debate em torno da identidade profissional dos educadores sociais tomando como referência o universo experiencial a cada um dos participantes e tentando colocar em evidência o diálogo interdisciplinar e interprofissional. Na altura tivemos oportunidade de afirmar.

*Reconheço como valores comuns aos agentes de intervenção socioeducativa, a perspetiva humanista de encarar a realidade social, uma perspetiva fundada nos direitos, valores e dignidade da pessoa humana e uma perspetiva de encarar o trabalho social como uma prática interprofissional.*

*In Cadernos de Pedagogia Social, 2008, pp 53*

Continuamos hoje a perfilhar da mesma linha de pensamento, defendendo a pertinência de equipas multiprofissionais/interprofissionais no âmbito da ação socioeducativa. Julgamos que a descrição factual sobre o nosso percurso formativo permite evidenciar a fidelidade a essa matriz sociopedagógica, com apuramento progressivo de competências específicas no âmbito da intervenção socioeducativa e que nos permitem atuar como “pedagogo social”, designação que assim abrange e reforça o âmbito da nossa identidade socioprofissional. Tal como referimos de seguida, nas considerações finais, esta oportunidade representou não só um grande desafio ao nível da intervenção mas também, ou principalmente, ao nível da formação. Neste caso da formação de agentes de intervenção socioeducativa ou pedagogos sociais.

## **Considerações Finais**

### **– Desafios de Formação-Ação**

Conforme tentámos mostrar, o nosso percurso profissional foi sendo construído, ao longo do tempo, num processo de reflexão pessoal, técnica e académica sobre o trabalho social e as dinâmicas sociocomunitárias, as suas práticas, o seu saber-fazer, os seus profissionais, as suas instituições, as suas redes interinstitucionais e interprofissionais, os seus valores e sua ética profissional. Consideramos, assim, que a reflexão e a partilha de experiências, de ideias, práticas e saberes profissionais distintos, assumem uma especial relevância no contexto social atual e, em particular, no contexto das dinâmicas sociopedagógicas do trabalho social, enriquecendo-se a nossa própria experiência profissional com a visão, os saberes, as ideias, os conhecimentos e as experiências de outros profissionais da intervenção socioeducativa com quem vamos construindo relação neste percurso.

Deste modo, este processo de reflexão suscitou no nosso íntimo uma exigência de formação e qualificação sociopedagógica essencial para a promoção do desenvolvimento de competências profissionais e humanas conducentes a uma melhoria profissional na nossa ação, embora esta exigência formativa tenha estado sempre presente ao longo do nosso percurso, especialmente a partir da experiência profissional no âmbito do Programa Escolhas.

Como foi dito, a partir da nossa colaboração nas dinâmicas formativas da FEP-UCP, desde 2005, esta exigência de formação-ação ganhou um maior sentido para o desenvolvimento das nossas competências, correspondendo nas palavras de Isabel Baptista a “um dever de cada ser humano no sentido da obrigação de procurar ir mais longe no processo do seu próprio aperfeiçoamento” (2005a). Assim, esta exigência de formação assume uma maior preponderância no âmbito do trabalho social, pois, enquanto profissionais e instituições que lidam com populações em fragilidade humana, maior se torna a necessidade de desenvolver mecanismos de formação contínua para os seus agentes no sentido do aperfeiçoamento da sua ação.

Além disso, somos confrontados, atualmente, com diversas necessidades de supervisão pedagógica para agentes e instituições do trabalho social que validam a exigência destes mecanismos de formação contínua. Tomemos como exemplo as recomendações relativas ao Plano DOM – “Desafios, Oportunidades e Mudanças” do Instituto de Segurança Social sobre os Lares de Acolhimento de crianças e jovens institucionalizados, onde se preconiza a “supervisão das Equipas Técnicas e das Equipas Educativas destes Lares, com supervisores de grande credibilidade e qualificação profissional e académica, permitindo uma intervenção de maior qualidade e cientificidade, assim como um maior envolvimento da Comunidade Científica na reflexão e debate sobre o Acolhimento Institucional” (Diário da República, nº90/2007).

Tal como referimos na Introdução deste trabalho, consideramos os processos de formação-ação uma exigência ética nas dinâmicas socioeducativas. Neste sentido, no período profissional do Programa Escolhas entre 2001 e 2004, e assumindo responsabilidades na gestão geral do programa na zona norte e na coordenação de diversos projetos sociocomunitários, fomos participando em diversas dinâmicas de formação promovidas pelo próprio programa junto das equipas técnicas de Coordenadores de Bairro responsáveis pelos distritos do Porto, Lisboa e Setúbal. Estas dinâmicas formativas visaram, sobretudo, desenvolver competências técnicas ao nível da elaboração, sistematização, coordenação e avaliação técnica de projetos sociocomunitários, no sentido de aprofundar os conhecimentos das equipas de Coordenadores de Bairro necessários à implementação das orientações veiculadas pelo programa. Além destas dinâmicas formativas e ainda no âmbito do Programa Escolhas neste período, foram também desenvolvidas ações de formação para as equipas de Coordenadores de Bairro numa perspetiva de trabalho de terreno, subordinadas a temáticas facilitadoras dos processos de coordenação dos diversos projetos

sociocomunitários que os Coordenadores de Bairro geriam. Deste modo, participámos em diversas ações formativas relacionadas com temáticas específicas do trabalho de terreno, como “coordenação de equipas multiprofissionais”, “elaboração e avaliação de projetos”, “planeamento estratégico”, “gestão de conflitos”, “relacionamento interpessoal”, “comunicação”, “animação sociocultural”, para citar alguns exemplos.

A participação nestas dinâmicas formativas no âmbito do Programa Escolhas 1ª Geração foi muito importante neste período. Tendo iniciado um percurso profissional no trabalho social recentemente, estas ações de formação permitiram-nos enquadrar na dinâmica profissional do Programa Escolhas, facilitando a nossa participação numa agência governamental de grande importância como este programa, pelo assumir de responsabilidades profissionais inerentes à nossa função de Coordenador de Bairro e enquanto representantes institucionais do programa para o distrito do Porto.

Igualmente, a participação nas dinâmicas formativas promovidas pelo Programa Escolhas permitiram-nos adquirir conhecimentos, conceitos e saberes teórico-práticos do trabalho social e desenvolver competências profissionais fundamentais para a coordenação e gestão diária dos projetos sociocomunitários em que estávamos envolvidos. Por estes diversos motivos, consideramos que a participação nestas dinâmicas formativas foi bastante enriquecedora para a nossa experiência profissional e para o aprofundar de uma reflexão em torno das problemáticas inerentes à intervenção social.

Neste período profissional, e enquanto coordenadores de um projeto sociocomunitário financiado pelo Programa Escolhas (Projeto Raiz), participamos no Plano de Formação promovido por este programa e dirigido aos coordenadores dos projetos financiados. Este Plano de Formação do Programa Escolhas consistiu na dinamização de um curso de especialização em “Gestão da Diversidade e Comunidades de Prática”, promovido e certificado pelo ISCTE – Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa da Universidade de Lisboa. Assim, participamos nesta formação ao longo do período do Programa Escolhas 2ª Geração.

Este curso de especialização centrou-se sobretudo na aquisição de aprendizagens teóricas específicas da intervenção social numa perspetiva de cariz sociológica estruturadora de estratégias, lógicas de intervenção e práticas de gestão inclusivas e promotoras da inclusão social intercultural. Além do enriquecimento conceptual, técnico e profissional que adquirimos com a participação neste curso de especialização, a sua mais-valia foi ter possibilitado o encontro entre os diversos coordenadores dos

projetos financiados pelo Programa Escolhas em todo o país e, a partir desta dinâmica, ter sido criada uma rede informal de partilha de experiências e práticas profissionais ente todos, enriquecendo-se a nossa experiência e prática profissional de coordenação de projetos com esta diversidade de conhecimentos, metodologias e práticas profissionais.

As aprendizagens, os conceitos, os conhecimentos teóricos, práticos e técnicos, a partilha de experiências e de saber-fazer, as reflexões e a investigação realizadas sobre as práticas do trabalho social adquiridas com a participação nestes diversos momentos formativos foram de uma diversidade e riqueza sem precedentes até então no nosso percurso profissional, tendo sido extremamente importantes para um desenvolvimento de capacidades técnicas enquanto profissionais da intervenção socioeducativa.

A partir de 2005, e já com um percurso profissional na intervenção social solidificado por uma experiência e prática profissional enquanto coordenador de projetos sociocomunitários, começamos a desenvolver uma aprendizagem e um pensamento pessoal sobre o trabalho social alicerçado na nossa identificação e aproximação aos conceitos, valores e práticas da Pedagogia Social da FEP-UCP, com uma filosofia de ação comprometida com as dinâmicas da solidariedade social e marcada por uma ética de proximidade, relação e hospitalidade. Neste período, com a entrada da FEP-UCP no consórcio de instituições do Projeto Raiz, iniciamos um processo de formação pessoal e profissional à luz da Pedagogia Social, tendo em referência os imperativos de humanidade equacionados no quadro de uma cidadania inclusiva e solidária (Baptista, 2007b). Deste modo, motivados por uma exigência pessoal de desenvolvimento pessoal e enriquecimento profissional, iniciamos um processo de formação para quem tem de agir “com e para o outro”, em contextos especialmente problemáticos, marcados pela vulnerabilidade, pelo sofrimento e pela exclusão social dos sujeitos de intervenção socioeducativa (Baptista, 2007b).

Este processo de formação académica inicia-se com a entrada no curso de Mestrado em Ciências da Educação, com especialização em Pedagogia Social, na FEP-UCP, no período entre 2005 e 2007. Deste modo, entre 2005 e 2006, cumprimos o primeiro ano letivo do curso de Mestrado, sendo certificados no final deste ano com a Pós-Graduação em Ciências da Educação, com especialização em Pedagogia Social (FEP-UCP). Ao longo deste primeiro ano letivo do curso de Mestrado, participamos ativamente na reflexão sobre diversas temáticas da realidade e vivência social e humana da atualidade, na partilha de conhecimentos, saberes, práticas e experiências

profissionais, na elaboração de diversos trabalhos reflexivos e de investigação, pessoal e em grupo, e na aprendizagem e aprofundamento dos quadros conceptuais da Pedagogia Social enquanto ciência da educação.

No segundo ano do curso de Mestrado, iniciamos um trabalho de investigação relativo à realização da tese de Mestrado com o título “ Dinâmicas de interprofissionalidade – Um imperativo da Pedagogia Social”. Com este trabalho de investigação, pretendíamos refletir sobre as dinâmicas de trabalho e de cooperação em equipas de profissionais do trabalho social constituídas por técnicos oriundos de diferentes áreas científicas e perceber como eram construídas estas dinâmicas entre estes diferentes profissionais.

Tendo como ponto de partida perceber que valores e práticas estavam subjacentes a este trabalho em parceria, numa lógica de multiprofissionalismo, de que forma estes valores se impunham nas suas dinâmicas e no seu agir em equipa, transformando-se posteriormente em práticas de interprofissionalismo, onde apesar de uma origem disciplinar diferente existia uma construção comum e partilhada entre estes profissionais das suas práticas e valores na sua ação socioeducativa. Este trabalho de investigação pretendia realizar uma análise da ética e dos valores profissionais subjacentes às equipas técnicas e aos profissionais que constituem, hoje, o cerne do trabalho social em diversas instituições, dinâmicas e projetos de intervenção socioeducativa. Esta temática de investigação surgiu da nossa experiência profissional de coordenação pedagógica de projetos sociocomunitários no âmbito do Programa Escolhas e do Projeto Raiz, onde fomos trabalhando e colaborando com uma diversidade de profissionais do trabalho social provenientes de diferentes disciplinas académicas.

Neste sentido, ao longo do nosso percurso profissional, fomos deparando com uma grande diversidade de posturas éticas e de valores nos diferentes profissionais com quem fomos interagindo, tendo verificado que muitos destes profissionais operavam a sua prática profissional no trabalho social segundo os valores das suas disciplinas académicas de origem e segundo os seus valores pessoais, assumindo práticas, comportamentos e discursos incoerentes com a ética e os valores profissionais que, na nossa visão, devem enquadrar a intervenção socioeducativa, ou seja, radicados na matriz da Pedagogia Social. Este é no nosso entender um dos grandes desafios a considerar na formação teórica e prática dos pedagogos sociais, o da sua qualificação ética e deontológica.

Em termos pessoais, inscrevemos esse desafio no desejo de prosseguir atividade como mediador e como formador no âmbito dos projetos de Pedagogia Social da FEP-UCP, consolidando assim uma atividade anterior.

No âmbito de experiências pessoais relevantes, decorrente da nossa ação profissional no trabalho social, da legitimidade como coordenador de projetos sociocomunitários e da participação na equipa de projetos de Pedagogia Social da FEP-UCP, somos convidados em 2007 a participar na construção e dinamização de um curso de formação especializada subordinado ao tema “Conceção e gestão de projetos de intervenção social”, promovido pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e sob a orientação científica do Professor Doutor Tiago Neves, onde tivemos a oportunidade de contribuir com os nossos conhecimentos no quadro da matriz da Pedagogia Social para uma nova visão das dinâmicas de projetos sociocomunitários, fazendo parte, igualmente, da equipa de formadores deste curso.

Assim, assumindo um plano de estudos orientado pelos módulos de formação “lógica de programa *versus* lógica de projectos; fases de concepção de um projecto de intervenção; gestão de projectos de intervenção; e práticas e vicissitudes do trabalho de terreno” (Brochura FPCE-UP, 2007), este curso de especialização assume como objetivos “promover e aprofundar conhecimentos ao nível da elaboração, gestão e avaliação de projectos de intervenção local, bem com proporcionar a sua abordagem numa óptica multidisciplinar” (Brochura FPCE-UP, 2007).

Ainda no âmbito pessoal, e numa perspetiva de desenvolvimento de competências sociais, relacionais e pessoais que nos capacitassem para a nossa ação profissional, decidimos em 2004 adquirir o CAP – “Certificado de Aptidão Pedagógica de Formador”, tendo realizado para esse efeito o Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores, promovido e certificado pela ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários do Porto. A participação neste curso foi bastante enriquecedora a título pessoal, tendo adquirido uma certificação oficial como formador pedagógico, mas, sobretudo pelo desenvolvimento de competências e técnicas facilitadoras de uma ação profissional a nível institucional e organizacional.

No ano 2008, imbuídos de um espírito de solidariedade humana e de uma perspetiva de desenvolvimento pessoal, enveredamos numa dinâmica de voluntariado em África, nomeadamente em Moçambique, participando na “Missão Moçambique” promovida pelo Colégio de Nossa Senhora do Rosário. Fazendo parte do Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria (IRSCM), instituição religiosa internacional

sediada em diversos países, o CNSR promove, anualmente, e durante um mês, uma dinâmica de voluntariado junto da sua comunidade educativa na cidade de Quelimane, Moçambique, onde está sediado um Lar de irmãs do IRSCM e do qual fazem parte uma rede de instituições locais acolhedoras de crianças e jovens órfãos e sem-abrigo desta cidade. Em 2008, 2009 e 2010 participamos na equipa de voluntariado do CNSR destacada para a “Missão Moçambique” onde desenvolvemos todo um trabalho de cariz social e humano junto das crianças e jovens destas instituições. Este trabalho de voluntariado passou por dinamizar diversas atividades socioeducativas, desde apoio escolar passando por atividades de animação sociocultural, formação pessoal e humana, dinâmicas de grupo, desporto, recuperação do edificado destas instituições e outras iniciativas de cariz pedagógico. Tivemos, também, oportunidade de apoiar professores de diversas escolas locais numa perspetiva de desenvolvimento das suas competências profissionais através de dinâmicas de formação.

Destacamos estas experiências pessoais por ajudarem a ilustrar a adesão aos valores apreendidos no quadro da Pedagogia Social, numa dinâmica de encontro com o outro, de relação e solidariedade humana, e onde sentimos que a nossa ação ganhou expressão de vida.

A reflexão que procurámos sustentar neste trabalho, prende-se com a noção de que todo o nosso percurso pessoal, académico e profissional esteve sempre interligado. Percebemos que a nossa evolução e transformação enquanto pessoa e profissional foi-se realizando gradualmente, mas, de forma sustentada ao longo do tempo, baseada em aprendizagens que foram evoluindo e contribuindo para a descoberta de outras áreas de interesse pessoal e profissional, abrindo novos caminhos que pudemos trilhar em segurança devido às experiências que vivenciámos anteriormente. Desde a vocação inicial pelas humanidades que nos levou à descoberta das ciências sociais, que por sua vez nos capacitou para a educação escolar, que nos dotou da experiência profissional necessária para a entrada no trabalho social e que nos levou à reflexão académica e à descoberta da Pedagogia Social. Assim, com a realização deste trabalho encerramos um ciclo no nosso percurso pessoal que, por sua vez, abre novos caminhos e um novo percurso no nosso horizonte.

Gostaríamos de terminar este trabalho com um testemunho de reconhecimento para com todas as pessoas que fomos descobrindo e relacionando ao longo deste percurso pessoal e profissional, em particular todos os colegas e profissionais com quem colaborámos na nossa ação profissional e todos os educandos dos projetos

socioeducativos em que estivemos envolvidos, pois, foi com eles que pudemos aprender e evoluir, sendo certo que sozinhos nunca poderíamos almejar trilhar este percurso de vida pessoal e profissional.

Na verdade, este trabalho reflexivo, motivado pela exigência de realização deste Relatório, representou mais uma etapa do percurso formativo iniciado há quinze anos, tendo-nos permitido racionalizar práticas, preocupações, sentimentos e memórias e, desse modo, amadurecer a nossa consciência profissional.

## Bibliografia

- Afonso, N. (2005). *Investigação Naturalista em Educação – Um guia prático e crítico*. Porto: Edições ASA.
- Amado, J. *et al.* (2003). *A Escola e os Alunos Institucionalizados*. Lisboa: Departamento da Educação Básica.
- Amado, J. & Boavida, J. (2006). *Ciências da Educação – Epistemologia, Identidade e Perspectivas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ander-Egg, E. (2006). *A Cidade Educadora, como forma de fortalecimento da democracia e de uma cidadania activa e convivencial*. In Animação, Cidadania e Participação. Chaves: APAP.
- Augé, M. (1994). *Não lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Augé, M. (2001). *As formas do esquecimento*. Almada: Íman Edições.
- Azevedo, J. (1996). *Avenidas de Liberdade – reflexões sobre política educativa*. Porto: Edições ASA.
- Azevedo, J. (2001). *Comunidades (de) Aprendentes – um futuro para as cidades e para os cidadãos*. Porto: Comunicação apresentada na Conferência “Competências e novas dinâmicas urbanas”.
- Azevedo, J. (2002). *O fim de um ciclo? A Educação em Portugal no início do século XXI*. Porto: Edições ASA.
- Azevedo, J. (2007). *Aprendizagem ao longo da vida e regulação sócio-comunitária da educação*. In Cadernos de Pedagogia Social, Ano 1, Número 1. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Azevedo, J. & Baptista, I. (2008). *Educadores Sociais: Quem são? O que fazem? Como desejam ser reconhecidos?* In Cadernos de Pedagogia Social, Ano 2, Número 2. Lisboa: Universidade Católica.
- Azevedo, J. & Baptista, I. (2010). *Porto Solidário – Diagnóstico Social do Porto*. Porto: Universidade Católica Portuguesa.
- Banks, S. (1995). *Ethics and Values in Social Work*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Banks, S. (2001). *Ética em Fragmentos*. In 100 Anos de Serviço Social. Coimbra: Quarteto Editora.
- Banks, S. (2004). *Ethics, Accountability and the Social Professions*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

- Banks, S. & Gallagher, A. (2008). *Ethics in Professional Life*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Baptista, I. (1998). *Ética e Educação, Estatuto ético da relação educativa*. Porto: Universidade Portucalense.
- Baptista, I. (2005a). *Dar rosto ao futuro: A educação como compromisso ético* (1ª ed.). Porto: Profedições.
- Baptista, I. (2005b). *Para uma geografia de proximidade humana*. In Revista Hospitalidade, Ano II, Número 2. São Paulo.
- Baptista, I. (2005c). *Redes, Parcerias e Compromissos: segredos de uma Cidadania Capaz*. In *Educação e Cidadania, Número 6*. Porto Alegre: Centro Universitário de Porto Alegre.
- Baptista, I. (2006). *Para uma pedagogia de proximidade humana*. In *Animação, Cidadania e Participação*. Chaves: APAP.
- Baptista, I. (2007a). *Capacidade ética e desejo metafísico, uma interpelação à razão pedagógica*. Porto: Editora Afrontamento.
- Baptista, I. (2007b). *Políticas de alteridade e cidadania solidária – as perguntas da Pedagogia Social*. In *Cadernos de Pedagogia Social, Ano 1, Número 1*. Lisboa: Universidade Católica.
- Baptista, I. (2008a). *Pedagogia Social – Uma ciência, um saber profissional, uma filosofia de acção*. In *Cadernos de Pedagogia Social, Ano 2, Número 2*. Lisboa: Universidade Católica.
- Baptista, I. (2008b). *De que falamos quando falamos em Pedagogia Social*. In *Página da Educação*. Porto: Profedições.
- Baptista, I. (2008c). *Educação e Formação de Adultos: Valores de Educabilidade Social*. In *Página da Educação*. Porto: Profedições.
- Bauman, Z. (1995). *A Vida Fragmentada – Ensaios sobre a Moral Pós-Moderna*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Bauman, Z. (2003). *Comunidade: A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Beck, U. (2010). *Sociedade de Risco: Rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34.
- Cachada, F. (2008). *Relação Escola – Comunidade, o papel da mediação social*. Dissertação não publicada. Porto: Universidade Católica Portuguesa.
- Caride, J. A. (2005). *Las Fronteras de la Pedagogia Social*. Barcelona: Gedisa.

- Carneiro, R. (2004). *A Educação primeiro; Roberto Carneiro entrevistado por Joaquim Azevedo*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Carvalho, A. D. (1992). *A Educação como Projecto Antropológico*. Porto: Afrontamento.
- Carvalho, A. D. (1999). *As Cidades e os Rostos da Exclusão*. Porto: Universidade Portucalense.
- Carvalho, A. D. & Baptista, I. (2004) *Educação Social: Fundamentos e Estratégias*. Porto: Porto Editora.
- Castel, R. et al. (2007). *A desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC.
- Delors, J. (1996). *Educação, um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI* (8ª ed.). Porto: Edições ASA.
- Ferreira, F. I. (2004). *Uma Análise Crítica das Políticas de Parceria: a metáfora da rede*. Braga, Universidade do Minho: Comunicação apresentada ao V Congresso Português de Sociologia “Sociedades Contemporâneas. Reflexividade e Acção”.
- Fonseca, A. (2004). *Bases psicológicas e desenvolvimentais da educação para a cidadania em contexto escolar*. In Revista Portuguesa de Investigação Educacional, Ano 3, Número 3. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Giddens, A. (2000). *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Editorial Presença
- Hespanha, P. & e Carapinheiro, G. (2002). *Risco Social e Incerteza: pode o Estado Social recuar mais?* Porto: Afrontamento.
- Lopovetsky, G. (1983). *A Era do Vazio*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Macedo, A. (2004). *Jovens Sem Escolhas: três anos a viver o Programa Escolhas*. Lisboa: Edição do Autor.
- Marques, R. (2005). *Uma Mesa com Lugar Para Todos*. Lisboa: Instituto Padre António Vieira.
- McBeath, G. & Webb, S. (1991). *Social work, modernity and post modernity*. In The Sociological Review, Volume 39, Issue 4. Stafford: Keele University.
- Mouro, H. & Simões, D. (2001). *100 Anos de Serviço Social*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Negreiros, J. (2001). *Delinquências Juvenis*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Neves, T. et al. (2010). *Acção Local no Combate à Pobreza e Exclusão Social*. Porto: Legis Editora.

Nóvoa, A. *et al.* (1992). *Formação para o desenvolvimento*. Lisboa: Fim de Século Edições.

Peres, A. & Lopes, M. (2006). *Animação, Cidadania e Participação*. APAP.

Serres, M. (1994). *Atlas*. Lisboa: Instituto Piaget.

## **Outras Referências**

Brochura FEP/UCP (2005) – Apresentação do Curso de Formação “Jovens, Escola, Família – Itinerários de Aprendizagem”.

Brochura FEP/UCP (2006) – Apresentação dos Cursos de Especialização “Mediação Social – Conceitos e Práticas; Gestão de Projectos de Intervenção Comunitária; Ética e Intervenção Socioeducativa”.

Brochura FEP/UCP (2007) – Apresentação do Curso “Pós-Graduação para Quadros Técnicos das IPSS da Arquidiocese de Évora”.

Brochura FPCE – UP (2007) – Apresentação do Curso de Formação “Concepção e Gestão de Projectos de Intervenção Social”.

Brochura FEP/UCP (2008) – Apresentação do Curso de Formação Especializada “Mediação Social e Formação ao Longo da Vida”.

Diário da República, 2.ª Série – n.º 90 – 10 de Maio de 2007. Despacho normativo n.º 8393/2007.

Nações Unidas (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Nova Iorque.

Nações Unidas (2000). *Declaração dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio*. Nova Iorque: United Nations Publication.

Programa Escolhas (2009). *Regulamento Programa Escolhas*. Despacho normativo n.º 27/2009. Diário da República, 2.ª Série – n.º 151 – 6 de Agosto de 2009.

Programa Escolhas (2011). *365 Histórias de Vida. 10 Anos de Programa Escolhas*. Lisboa: Programa Escolhas.

Projecto Raiz (2010). *Candidatura ao Programa Escolhas - Triénio 2010-2012*.

Resolução de Conselho de Ministros n.º 4/2001 (2001). Diário da República n.º 7, Série I-B, 9 de Janeiro de 2001.

## **ANEXOS**



# Plano de Actividades do Projecto NC-039 "Projecto Raiz"

Janeiro - Junho 2012



## Plano Semestral de Actividades do Projecto NC-039 "Projecto Raiz. Janeiro - Junho 2012

Data da reunião de consórcio deliberativa da alteração: 11-10-2011

Data de realização da Assembleia de Jovens: 19-10-2011

Medida e Acção	Actividade	Descrição da Actividade	Destinatários/Beneficiários	Local de Implementação	Calendarização	Periodicidade / Horário da Actividade	Técnico Responsável
I acção b)	Cursos Educação-Formação Tipo 1 (Certificação 6º ano escolaridade)	Actividade de frequência de Cursos Educação/Formação visando a atribuição de certificação escolar a crianças e jovens que tenham abandonado a escola sem a conclusão da escolaridade básica.	10 destinatários e 5 beneficiários	Escola EB 2,3 do Viso	De Janeiro a Junho	01-01-2012, 01-02-2012, 01-03-2012, 01-04-2012, 01-05-2012, 01-06-2012	Rui Pedro Sambento Amado
I acção c)	Inclusão de Crianças dos Bairros (AEC do CNSR)	Actividade de inclusão de crianças participantes do Projecto nas actividades extra – curriculares do Colégio de Nossa Senhora do Rosário. Visa, igualmente, a integração escolar de uma criança do projecto todos os anos lectivos no CNSR, no 5º ano de escolaridade.	10 destinatários e 0 beneficiários	Colégio de Nossa Senhora do Rosário	De Janeiro a Junho	Sexta-feira ( das 17h às 19h ) Quinta-feira ( das 17h às 19h )	Cátia Manuela Gonçalves Martins
I acção c)	Orientação Vocacional	Esta actividade visa a despistagem de vocações e interesses pessoais dos participantes, para uma melhor e positiva integração escolar, educativa e profissional.	15 destinatários e 15 beneficiários	Sede do Projecto/Diversos	De Março a Maio	07-03-2012, 14-03-2012, 21-03-2012, 28-03-2012, 04-04-2012, 11-04-2012, 18-04-2012, 25-04-2012, 02-05-2012, 09-05-2012, 16-05-2012, 23-05-2012	Maria Teresa Mansilha da Costa



I acção c)	Centro de Estudos	Acção de apoio escolar e pedagógico no sentido de prevenir o insucesso escolar e motivar para o interesse pelos conteúdos escolares e para a importância da Escola; Acção de desenvolvimento de competências pessoais, relacionais e afectivas através de actividades manuais e criativas.	50 destinatários e 0 beneficiários	Escola EB1 das Campinas	De Janeiro a Junho	Segunda-feira ( das 17h às 19h ) Terça-feira ( das 17h às 19h ) Quarta-feira ( das 17h às 19h ) Quinta-feira ( das 17h às 19h ) Sexta-feira ( das 17h às 19h )	Rui Pedro Sambento Amado, Maria Teresa Mansilha da Costa, Cátia Manuela Gonçalves Martins, Fábio Miguel Melo Aguiar
I acção c)	Acompanhamento Escolar Individual	Actividade que visa proporcionar um acompanhamento escolar às crianças/jovens que frequentam os 2º e 3º ciclos do ensino básico, no sentido de prevenir o absentismo, insucesso e abandono escolar, através de um apoio individual dos participantes nas suas dificuldades escolares.	5 destinatários e 5 beneficiários	Sede do Projecto/ Diversos	De Janeiro a Junho	Terça-feira ( das 15h às 16h ) Quarta-feira ( das 11h às 12h ) Quinta-feira ( das 15h às 17h ) Sexta-feira ( das 15h às 17h )	Cátia Manuela Gonçalves Martins
I acção c)	Reuniões com Professores/D.T.	Actividade de mediação entre os professores/DT e as crianças e jovens que frequentam o sistema de ensino e, também, as suas respectivas famílias. Deste modo, a Escola e o Projecto realizam um acompanhamento mais próximo junto desta população, prevenindo o absentismo e insucesso escolar e comportamentos desviantes no meio escolar.	0 destinatários e 15 beneficiários	Escola EB 2,3 do Viso/Escola EB 1 das Campinas	De Janeiro a Junho	25-01-2012, 22-02-2012, 21-03-2012, 25-04-2012, 23-05-2012, 20-06-2012	Rui Pedro Sambento Amado, Maria Teresa Mansilha da Costa
I acção c)	Projecto de Transição Escolar	Actividade de conhecimento de professores e exploração dos espaços físicos das escolas do Agrupamento do Viso, com o intuito de preparar as crianças para a transição dos ciclos de ensino e para a descoberta positiva de uma nova realidade escolar.	15 destinatários e 0 beneficiários	Escola EB 1 das Campinas/Escola EB 2,3 do Viso	De Maio a Junho	11-05-2012, 18-05-2012, 25-05-2012, 01-06-2012, 08-06-2012, 15-06-2012	Maria Teresa Mansilha da Costa
I acção c)	Sessões DPS (Desenvolvimento Pessoal e Social)	Esta actividade consiste em promover uma sensibilização e reflexão sobre temáticas específicas e relevantes na e para a vida dos participantes, desenvolvendo competências pessoais, sociais, relacionais e afectivas junto deles.	50 destinatários e 0 beneficiários	Sede do Projecto/ Diversos	De Janeiro a Junho	Quarta-feira ( das 16h às 17h, das 20h às 21h )	Maria Teresa Mansilha da Costa, Cátia Manuela Gonçalves Martins



Plano Semestral de Actividades do Projecto NC-039 "Projecto Raiz. Janeiro - Junho 2012 [14-03-2012] - Programa Escolhas

I acção c)	Tutoria Educativa de Alunos/Formandos	Actividade que visa proporcionar um acompanhamento individual às crianças/jovens que frequentam os Cursos Educação/Formação e a um grupo de crianças/jovens que frequentam o ensino regular, no sentido de prevenir o absentismo, insucesso e abandono escolar.	10 destinatários e 0 beneficiários	Sede do Projecto/Escola EB 2,3 Viso/Colégio de Nossa Senhora do Rosário	De Janeiro a Junho	31-01-2012, 28-02-2012, 27-03-2012, 24-04-2012, 29-05-2012, 26-06-2012	Rui Pedro Sambento Amado
I acção d)	Oficina Escolar de Adultos	Actividade de promoção da aprendizagem ao longo da vida e de desenvolvimento de competências escolares junto dos familiares das crianças e jovens participantes no Projecto.	0 destinatários e 15 beneficiários	Sede do Projecto/Diversos	De Janeiro a Junho	Quinta-feira ( das 15h às 17h )	Cátia Manuela Gonçalves Martins
I acção d)	Saídas ao Exterior - Adultos	Actividade de promoção de novas vivências e de descoberta de novas realidades sociais e culturais fora do contexto dos Bairros, promovendo boas relações de vizinhança e desenvolvendo competências pessoais, sociais, relacionais e afectivas junto dos familiares participantes no projecto.	0 destinatários e 30 beneficiários	Diversos	Fevereiro, Abril, Junho	24-02-2012, 27-04-2012, 15-06-2012	Rui Pedro Sambento Amado, Maria Teresa Mansilha da Costa, Cátia Manuela Gonçalves Martins
I acção d)	Formação Parental	Dinamização de acções pedagógicas sobre temáticas específicas e relevantes na e para a vida dos familiares participantes, desenvolvendo as suas competências parentais.	0 destinatários e 30 beneficiários	Sede do Projecto/Diversos	De Janeiro a Junho	30-01-2012, 27-02-2012, 26-03-2012, 30-04-2012, 28-05-2012, 25-06-2012	Maria Teresa Mansilha da Costa, Cátia Manuela Gonçalves Martins
I acção d)	Cantinho dos Afectos	Dinamização de actividades que visam sensibilizar os familiares participantes para uma educação baseada no afectos.	10 destinatários e 20 beneficiários	Sede do Projecto/Diversos	Janeiro, Março, Maio	26-01-2012, 29-03-2012, 31-05-2012	Maria Teresa Mansilha da Costa
I acção d)	Mediação Familiar	Acção de acompanhamento sócio-pedagógico dos familiares participantes no Projecto, e de mediação entre as famílias e as instituições da comunidade local.	15 destinatários e 15 beneficiários	Sede do Projecto/Diversos	De Janeiro a Junho	Quarta-feira ( das 10h às 13h )	Cátia Manuela Gonçalves Martins
I acção d)	Encontros Pais e Filhos	Dinamização de actividades que promovam o encontro entre pais e filhos visando potenciar as suas relações familiares de uma forma normativa, estruturada e com base nos afectos.	20 destinatários e 20 beneficiários	Sede do Projecto/Diversos	Fevereiro, Abril, Junho	23-02-2012, 24-04-2012, 28-06-2012	Maria Teresa Mansilha da Costa



Plano Semestral de Actividades do Projecto NC-039 "Projecto Raiz. Janeiro - Junho 2012 [14-03-2012] - Programa Escolhas

II acção b)	Gabinete de Apoio Inserção Vida Activa	Desenvolvimento de competências facilitadoras da integração educativa e profissional dos jovens; Encaminhamentos para o ensino, formação profissional e/ou mercado de trabalho.	10 destinatários e 20 beneficiários	Sede do Projecto	De Janeiro a Junho	Terça-feira ( das 10h às 13h ) Quinta-feira ( das 10h às 13h )	Rui Pedro Sambento Amado
II acção c)	Curso de Educação e Formação de Adultos-EFA	Actividade de frequência de Cursos Educação/Formação visando a atribuição de certificação escolar a adultos que tenham abandonado a escola sem a conclusão da escolaridade básica.	10 destinatários e 5 beneficiários	Escola EB2/3 do Viso	De Janeiro a Junho	01-01-2012, 01-02-2012, 01-03-2012, 01-04-2012, 01-05-2012, 01-06-2012	Rui Pedro Sambento Amado
III acção a)	Oficinas OTL - Oficinas de Ocupação de Tempos Livres	Acção de dinamização de diversas actividades na área das expressão plásticas, artísticas e das manualidades, no sentido de desenvolver competências pessoais, sociais e relacionais nos participantes.	20 destinatários e 35 beneficiários	Sede do projecto	De Janeiro a Junho	Terça-feira ( das 15h às 17h ) Quarta-feira ( das 15h às 17h ) Quinta-feira ( das 15h às 17h ) Sexta-feira ( das 15h às 17h ) Segunda-feira ( das 17h às 18h )	Cátia Manuela Gonçalves Martins, Fábio Miguel Melo Aguiar
III acção b)	SportRaiz (Clube de Desporto)	Rentabilização da prática desportiva como forma de desenvolvimento pessoal e social dos participantes; Sensibilização dos participantes para os valores inerentes à prática desportiva.	10 destinatários e 30 beneficiários	Escola EB 1 das Campinas/Diversos	De Janeiro a Junho	Quarta-feira ( das 17h às 19h )	Rui Pedro Sambento Amado, Outros, Fábio Miguel Melo Aguiar
III acção b)	Grupo de Ar-livre/Acampamentos	Actividade de formação/educação de carácter informal que se concretiza através de actividades desenvolvidas em espaços verdes e ao ar livre (acampamentos, trilhas, percursos pedestres...), desenvolvendo competências pessoais, sociais e relacionais dos participantes.	20 destinatários e 20 beneficiários	Diversos	Abril, Junho	07-04-2012, 16-06-2012	Rui Pedro Sambento Amado, Outros, Fábio Miguel Melo Aguiar



III acção c)	Visitas Ludico-Pedagógicas	Realização de visitas/saídas de carácter pedagógico no sentido de possibilitar aos participantes um maior contacto com realidades exteriores aos Bairros, ampliando e diversificando os seus espaços de referência, e desenvolvendo as suas competências sociais, relacionais e afectivas.	50 destinatários e 20 beneficiários	Diversos	Janeiro, Março, Maio	28-01-2012, 31-03-2012, 26-05-2012	Rui Pedro Sambento Amado, Maria Teresa Mansilha da Costa, Cátia Manuela Gonçalves Martins, Outros, Fábio Miguel Melo Aguiar
III acção e)	À Descoberta de Ramalde	Intercâmbio e desenvolvimento de actividades conjuntamente com instituições de cariz social e cultural da comunidade de Ramalde, diversificando os espaços e horizontes de referência, e desenvolvendo a participação comunitária e de cidadania dos participantes.	15 destinatários e 5 beneficiários	Diversos	Janeiro, Março, Maio	16-01-2012, 26-03-2012, 28-05-2012	Rui Pedro Sambento Amado, Maria Teresa Mansilha da Costa
III acção f)	Gabinete de Apoio Social	Acção de mediação e de apoio aos participantes na resolução de problemas com que são confrontados no seu quotidiano (apoio no âmbito social, saúde, jurídico, alimentar, RSI, etc.).	10 destinatários e 30 beneficiários	Sede do Projecto	De Janeiro a Junho	Terça-feira ( das 15h às 17h ) Quarta-feira ( das 15h às 17h ) Quinta-feira ( das 15h às 17h ) Sexta-feira ( das 15h às 17h ) Segunda-feira ( das 17h às 18h )	Cátia Manuela Gonçalves Martins, Rui Pedro Sambento Amado
III acção f)	Gabinete de Psicologia	Acções de mediação e acompanhamento de crianças e familiares que revelem necessidade de uma acção estruturada de cariz psico-pedagógico.	10 destinatários e 20 beneficiários	Sede do Projecto	De Janeiro a Junho	Segunda-feira ( das 10h às 13h ) Quarta-feira ( das 10h às 13h ) Sexta-feira ( das 10h às 13h )	Maria Teresa Mansilha da Costa, Outros



IV acção a)	Jogos informáticos Lúdico-Pedagógicos	Dinamização de jogos digitais de âmbito lúdico-pedagógico.	20 destinatários e 30 beneficiários	Sede do Projecto	De Janeiro a Junho	Segunda-feira ( das 17h às 18h ) Terça-feira ( das 18h às 20h ) Quarta-feira ( das 18h às 19h ) Quinta-feira ( das 18h às 19h ) Sexta-feira ( das 18h às 19h )	Afonso Vidal Pinto Vinhas Passos
IV acção a)	Acesso Livre de Internet	Actividade estruturada que pretende desenvolver as competências dos participantes na utilização e exploração da Internet, de forma a utilizá-la com diversos fins (educativos, lúdicos, de comunicação, socialização, etc.).	20 destinatários e 30 beneficiários	Sede do Projecto	De Janeiro a Junho	Segunda-feira ( das 10h às 13h ) Terça-feira ( das 10h às 11h ) Quarta-feira ( das 10h às 13h ) Quinta-feira ( das 10h às 13h ) Sexta-feira ( das 12h às 13h )	Afonso Vidal Pinto Vinhas Passos
IV acção b)	Internet e Correio Electrónico (browser, segurança net, gestão de contas email...)	Actividade de desenvolvimento de competências de manuseamento de uma plataforma da Internet (E-mail) para a comunicação inter-pessoal, facilitando processos de socialização e contacto à distância.	10 destinatários e 20 beneficiários	Sede do Projecto	De Janeiro a Junho	Terça-feira ( das 17h às 18h ) Quinta-feira ( das 17h às 18h )	Afonso Vidal Pinto Vinhas Passos
IV acção b)	Oficina de Multimédia (fotografia digital, edição gráfica, audiovisuais...)	Actividade de produção digital de trabalhos efectuados no âmbito da Oficina de Audiovisuais (Medida II, Acção B); Produção de conteúdos multimédia recorrendo a técnicas de edição de imagem, som, vídeo e animação digital.	10 destinatários e 20 beneficiários	Sede do Projecto	De Janeiro a Junho	Quinta-feira ( das 16h às 17h ) Sexta-feira ( das 16h às 17h )	Afonso Vidal Pinto Vinhas Passos



IV acção c)	Oficina de Introdução Informática (hardware, windows, office, outros softwares...)	Actividade de desenvolvimento de competências mínimas necessárias ao manuseamento de um PC, ao nível do Sistema Operativo Windows, assim como a utilização de algumas ferramentas e programas comuns (MS Office...).	20 destinatários e 10 beneficiários	Sede do Projecto	De Janeiro a Junho	Terça-feira ( das 14h às 17h ) Quarta-feira ( das 14h às 15h, das 17h às 18h ) Quinta-feira ( das 14h às 16h ) Sexta-feira ( das 14h às 16h )	Afonso Vidal Pinto Vinhas Passos
IV acção d)	Cursos de Informática Certificados	Actividade que pretende certificar os participantes com competências necessárias ao manuseamento e manutenção de um PC, Sistema Operativo Windows, MS Office e Internet (Cursos Currículo UP-Microsoft).	15 destinatários e 10 beneficiários	Sede do Projecto	De Janeiro a Junho	Quarta-feira ( das 15h às 17h ) Sexta-feira ( das 17h às 18h )	Afonso Vidal Pinto Vinhas Passos
IV acção e)	Escola Virtual (Apoio escolar através de plataformas e-learning)	Actividade de apoio ao trabalho escolar, proporcionando aos participantes a utilização de software e plataformas educativas que acompanhem as suas actividades escolares.	10 destinatários e 10 beneficiários	Sede do Projecto	De Janeiro a Junho	Sexta-feira ( das 11h às 12h )	Afonso Vidal Pinto Vinhas Passos
V acção c)	Grupo Jovens Activos	Dinamização de actividades lúdico-pedagógicas, no sentido de desenvolver competências pessoais, sociais e relacionais, responsabilizando os participantes pela gestão, organização e dinamização das actividades.	15 destinatários e 5 beneficiários	Escola EB 1 das Campinas/Diversos	De Janeiro a Junho	Sexta-feira ( das 17h às 19h ) Quarta-feira ( das 17h às 19h ) Segunda-feira ( das 17h às 19h )	Rui Pedro Sambento Amado, Fábio Miguel Melo Aguiar
V acção d)	Mais Comunidade	Dinamização de actividades que promovam um contacto estruturado com diferentes organizações da comunidade visando o alargamento de experiencias e de redes de contacto dos participantes, de forma a potenciar o seu desenvolvimento cívico e social.	5 destinatários e 10 beneficiários	Diversos	Fevereiro, Abril, Junho	28-02-2012, 24-04-2012, 26-06-2012	Maria Teresa Mansilha da Costa, Rui Pedro Sambento Amado
V acção f)	Mais Iniciativa - "Eu sou capaz"	Dinamização de acções de sensibilização/formação de forma a potenciar nos participantes competências empreendedoras que possam ser uma mais-valia para o desenvolvimento da sua vida social/profissional.	20 destinatários e 10 beneficiários	Diversos	Março, Junho	27-03-2012, 26-06-2012	Maria Teresa Mansilha da Costa, Cátia Manuela Gonçalves Martins



**Observações:**



# Plano de Actividades do Projecto NC-039 "Projecto Raiz"

Julho - Dezembro 2012



## Plano Semestral de Actividades do Projecto NC-039 "Projecto Raiz. Julho - Dezembro 2012

Data da reunião de consórcio deliberativa da alteração: 22-05-2012

Data de realização da Assembleia de Jovens: 28-03-2012

Medida e Acção	Actividade	Descrição da Actividade	Destinatários/Beneficiários	Local de Implementação	Calendarização	Periodicidade / Horário da Actividade	Técnico Responsável
I acção b)	Cursos Educação-Formação Tipo 1 (Certificação 6º ano escolaridade)	Actividade de frequência de Cursos Educação/Formação visando a atribuição de certificação escolar a crianças e jovens que tenham abandonado a escola sem a conclusão da escolaridade básica.	10 destinatários e 5 beneficiários	Escola EB 2,3 do Viso	Julho, De Setembro a Dezembro	01-07-2012, 01-09-2012, 01-10-2012, 01-11-2012, 01-12-2012	Rui Pedro Sambento Amado
I acção c)	Inclusão de Crianças dos Bairros (AEC do CNSR)	Actividade de inclusão de crianças participantes do Projecto nas actividades extra – curriculares do Colégio de Nossa Senhora do Rosário. Visa, igualmente, a integração escolar de uma criança do projecto todos os anos lectivos no CNSR, no 5º ano de escolaridade.	10 destinatários e 0 beneficiários	Colégio de Nossa Senhora do Rosário	De Outubro a Dezembro	Sexta-feira ( das 17h às 19h ) Quinta-feira ( das 17h às 19h )	Cátia Manuela Gonçalves Martins
I acção c)	Centro de Estudos	Acção de apoio escolar e pedagógico no sentido de prevenir o insucesso escolar e motivar para o interesse pelos conteúdos escolares e para a importância da Escola; Acção de desenvolvimento de competências pessoais, relacionais e afectivas através de actividades manuais e criativas.	50 destinatários e 0 beneficiários	Escola EB1 das Campinas	De Outubro a Dezembro	Segunda-feira ( das 17h às 19h ) Terça-feira ( das 17h às 19h ) Quarta-feira ( das 17h às 19h ) Quinta-feira ( das 17h às 19h ) Sexta-feira ( das 17h às 19h )	Rui Pedro Sambento Amado, Maria Teresa Mansilha da Costa, Cátia Manuela Gonçalves Martins, Fábio Miguel Melo Aguiar



I acção c)	Acompanhamento Escolar Individual	Actividade que visa proporcionar um acompanhamento escolar às crianças/jovens que frequentam os 2º e 3º ciclos do ensino básico, no sentido de prevenir o absentismo, insucesso e abandono escolar, através de um apoio individual dos participantes nas suas dificuldades escolares.	5 destinatários e 5 beneficiários	Sede do Projecto/ Diversos	De Outubro a Dezembro	Terça-feira ( das 15h às 16h ) Quarta-feira ( das 11h às 12h ) Quinta-feira ( das 15h às 17h ) Sexta-feira ( das 15h às 17h )	Cátia Manuela Gonçalves Martins
I acção c)	Reuniões com Professores/D.T.	Actividade de mediação entre os professores/DT e as crianças e jovens que frequentam o sistema de ensino e, também, as suas respectivas famílias. Deste modo, a Escola e o Projecto realizam um acompanhamento mais próximo junto desta população, prevenindo o absentismo e insucesso escolar e comportamentos desviantes no meio escolar.	0 destinatários e 15 beneficiários	Escola EB 2,3 do Viso/Escola EB 1 das Campinas	De Outubro a Dezembro	24-10-2012, 21-11-2012, 12-12-2012	Rui Pedro Sambento Amado, Maria Teresa Mansilha da Costa
I acção c)	Sessões DPS (Desenvolvimento Pessoal e Social)	Esta actividade consiste em promover uma sensibilização e reflexão sobre temáticas específicas e relevantes na e para a vida dos participantes, desenvolvendo competências pessoais, sociais, relacionais e afectivas junto deles.	50 destinatários e 0 beneficiários	Sede do Projecto/ Diversos	Julho, De Outubro a Dezembro	Quarta-feira ( das 18h às 19h )	Maria Teresa Mansilha da Costa, Cátia Manuela Gonçalves Martins, Rui Pedro Sambento Amado
I acção c)	Tutoria Educativa de Alunos/Formandos	Actividade que visa proporcionar um acompanhamento individual às crianças/jovens que frequentam os Cursos Educação/Formação e a um grupo de crianças/jovens que frequentam o ensino regular, no sentido de prevenir o absentismo, insucesso e abandono escolar.	10 destinatários e 0 beneficiários	Sede do Projecto/Escola EB 2,3 Viso/Colégio de Nossa Senhora do Rosário	Julho, De Outubro a Dezembro	10-07-2012, 30-10-2012, 27-11-2012, 11-12-2012	Rui Pedro Sambento Amado, Maria Teresa Mansilha da Costa
I acção d)	Oficina Escolar de Adultos	Actividade de promoção da aprendizagem ao longo da vida e de desenvolvimento de competências escolares junto dos familiares das crianças e jovens participantes no Projecto.	0 destinatários e 15 beneficiários	Sede do Projecto/Diversos	Julho	Quinta-feira ( das 15h às 17h )	Cátia Manuela Gonçalves Martins, Maria Teresa Mansilha da Costa



I acção d)	Saídas ao Exterior - Adultos	Actividade de promoção de novas vivências e de descoberta de novas realidades sociais e culturais fora do contexto dos Bairros, promovendo boas relações de vizinhança e desenvolvendo competências pessoais, sociais, relacionais e afectivas junto dos familiares participantes no projecto.	0 destinatários e 30 beneficiários	Diversos	Setembro, Novembro	28-09-2012, 30-11-2012	Rui Pedro Samento Amado, Maria Teresa Mansilha da Costa, Cátia Manuela Gonçalves Martins
I acção d)	Formação Parental	Dinamização de acções pedagógicas sobre temáticas específicas e relevantes na e para a vida dos familiares participantes, desenvolvendo as suas competências parentais.	0 destinatários e 30 beneficiários	Sede do Projecto/Diversos	De Outubro a Dezembro	29-10-2012, 26-11-2012, 10-12-2012	Maria Teresa Mansilha da Costa, Cátia Manuela Gonçalves Martins
I acção d)	Cantinho dos Afectos	Dinamização de actividades que visam sensibilizar os familiares participantes para uma educação baseada nos afectos.	10 destinatários e 20 beneficiários	Sede do Projecto/Diversos	Setembro, Novembro	27-09-2012, 29-11-2012	Maria Teresa Mansilha da Costa
I acção d)	Mediação Familiar	Acção de acompanhamento sócio-pedagógico dos familiares participantes no Projecto, e de mediação entre as famílias e as instituições da comunidade local.	15 destinatários e 15 beneficiários	Sede do Projecto/Diversos	De Outubro a Dezembro	Quarta-feira ( das 10h às 13h )	Cátia Manuela Gonçalves Martins
I acção d)	Encontros Pais e Filhos	Dinamização de actividades que promovam o encontro entre pais e filhos visando potenciar as suas relações familiares de uma forma normativa, estruturada e com base nos afectos.	20 destinatários e 20 beneficiários	Sede do Projecto/Diversos	Outubro, Dezembro	25-10-2012, 27-12-2012	Maria Teresa Mansilha da Costa
II acção b)	Gabinete de Apoio Inserção Vida Activa	Desenvolvimento de competências facilitadoras da integração educativa e profissional dos jovens; Encaminhamentos para o ensino, formação profissional e/ou mercado de trabalho.	10 destinatários e 20 beneficiários	Sede do Projecto	De Outubro a Dezembro	Terça-feira ( das 10h às 13h ) Quinta-feira ( das 10h às 13h )	Rui Pedro Samento Amado
II acção c)	Curso de Educação e Formação de Adultos-EFA	Actividade de frequência de Cursos Educação/Formação visando a atribuição de certificação escolar a adultos que tenham abandonado a escola sem a conclusão da escolaridade básica.	10 destinatários e 5 beneficiários	Escola EB2/3 do Viso	Julho, De Setembro a Dezembro	01-07-2012, 01-09-2012, 01-10-2012, 01-11-2012, 01-12-2012	Rui Pedro Samento Amado



III acção a)	Oficinas OTL - Oficinas de Ocupação de Tempos Livres	Acção de dinamização de diversas actividades na área das expressão plásticas, artísticas e das manualidades, no sentido de desenvolver competências pessoais, sociais e relacionais nos participantes.	20 destinatários e 35 beneficiários	Sede do projecto	De Julho a Dezembro	Segunda-feira ( das 17h às 18h, das 11h às 13h ) Terça-feira ( das 15h às 19h, das 11h às 13h ) Quarta-feira ( das 15h às 19h, das 11h às 13h ) Quinta-feira ( das 15h às 19h, das 11h às 13h ) Sexta-feira ( das 15h às 19h, das 11h às 13h )	Cátia Manuela Gonçalves Martins, Fábio Miguel Melo Aguiar, Maria Teresa Mansilha da Costa, Rui Pedro Sambento Amado
III acção b)	SportRaiz (Clube de Desporto)	Rentabilização da prática desportiva como forma de desenvolvimento pessoal e social dos participantes; Sensibilização dos participantes para os valores inerentes à prática desportiva.	10 destinatários e 30 beneficiários	Escola EB 1 das Campinas/Diversos	De Julho a Agosto, De Outubro a Dezembro	Quarta-feira ( das 17h às 19h )	Rui Pedro Sambento Amado, Outros, Fábio Miguel Melo Aguiar
III acção b)	Colónias de Férias	Realização de colónias de férias lúdico-pedagógicas no sentido de possibilitar aos participantes um maior contacto com realidades exteriores aos Bairros, ampliando e diversificando os seus espaços de referência, e desenvolvendo as suas competências sociais, relacionais e afectivas.	30 destinatários e 20 beneficiários	Diversos	Julho	22-07-2012	Rui Pedro Sambento Amado, Maria Teresa Mansilha da Costa, Cátia Manuela Gonçalves Martins, Fábio Miguel Melo Aguiar



III acção b)	Grupo de Ar-livre/Acampamentos	Actividade de formação/educação de carácter informal que se concretiza através de actividades desenvolvidas em espaços verdes e ao ar livre (acampamentos, trilhas, percursos pedestres...), desenvolvendo competências pessoais, sociais e relacionais dos participantes.	20 destinatários e 20 beneficiários	Diversos	Agosto, Outubro	25-08-2012, 13-10-2012	Rui Pedro Sambento Amado, Outros, Fábio Miguel Melo Aguiar, Maria Teresa Mansilha da Costa, Cátia Manuela Gonçalves Martins
III acção c)	Visitas Ludico-Pedagógicas	Realização de visitas/saídas de carácter pedagógico no sentido de possibilitar aos participantes um maior contacto com realidades exteriores aos Bairros, ampliando e diversificando os seus espaços de referência, e desenvolvendo as suas competências sociais, relacionais e afectivas.	50 destinatários e 20 beneficiários	Diversos	Julho, Outubro	14-07-2012, 27-10-2012	Rui Pedro Sambento Amado, Maria Teresa Mansilha da Costa, Cátia Manuela Gonçalves Martins, Outros, Fábio Miguel Melo Aguiar
III acção e)	À Descoberta de Ramalde	Intercâmbio e desenvolvimento de actividades conjuntamente com instituições de cariz social e cultural da comunidade de Ramalde, diversificando os espaços e horizontes de referência, e desenvolvendo a participação comunitária e de cidadania dos participantes.	15 destinatários e 5 beneficiários	Diversos	Outubro, Dezembro	29-10-2012, 17-12-2012	Rui Pedro Sambento Amado, Maria Teresa Mansilha da Costa



III acção f)	Gabinete de Apoio Social	Acção de mediação e de apoio aos participantes na resolução de problemas com que são confrontados no seu quotidiano (apoio no âmbito social, saúde, jurídico, alimentar, RSI, etc.).	10 destinatários e 30 beneficiários	Sede do Projecto	De Outubro a Dezembro	Terça-feira ( das 15h às 17h ) Quarta-feira ( das 15h às 17h ) Quinta-feira ( das 15h às 17h ) Sexta-feira ( das 15h às 17h ) Segunda-feira ( das 17h às 18h )	Cátia Manuela Gonçalves Martins, Rui Pedro Sambento Amado
III acção f)	Gabinete de Psicologia	Acções de mediação e acompanhamento de crianças e familiares que revelem necessidade de uma acção estruturada de cariz psico-pedagógico.	10 destinatários e 20 beneficiários	Sede do Projecto	De Outubro a Dezembro	Segunda-feira ( das 10h às 13h ) Quarta-feira ( das 10h às 13h ) Sexta-feira ( das 10h às 13h )	Maria Teresa Mansilha da Costa, Outros
IV acção a)	Jogos informáticos Lúdico-Pedagógicos	Dinamização de jogos digitais de âmbito lúdico-pedagógico.	20 destinatários e 30 beneficiários	Sede do Projecto	De Julho a Dezembro	Segunda-feira ( das 17h às 18h ) Terça-feira ( das 18h às 20h ) Quarta-feira ( das 18h às 19h ) Quinta-feira ( das 18h às 19h ) Sexta-feira ( das 18h às 19h )	Afonso Vidal Pinto Vinhas Passos



IV acção a)	Acesso Livre de Internet	Actividade estruturada que pretende desenvolver as competências dos participantes na utilização e exploração da Internet, de forma a utilizá-la com diversos fins (educativos, lúdicos, de comunicação, socialização, etc.).	20 destinatários e 30 beneficiários	Sede do Projecto	De Julho a Dezembro	Segunda-feira ( das 10h às 13h ) Terça-feira ( das 10h às 11h ) Quarta-feira ( das 10h às 13h ) Quinta-feira ( das 10h às 13h ) Sexta-feira ( das 12h às 13h )	Afonso Vidal Pinto Vinhas Passos
IV acção b)	Internet e Correio Electrónico (browser, segurança net, gestão de contas email...)	Actividade de desenvolvimento de competências de manuseamento de uma plataforma da Internet (E-mail) para a comunicação inter-pessoal, facilitando processos de socialização e contacto à distância.	10 destinatários e 20 beneficiários	Sede do Projecto	Julho, De Setembro a Dezembro	Terça-feira ( das 17h às 18h ) Quinta-feira ( das 17h às 18h )	Afonso Vidal Pinto Vinhas Passos
IV acção b)	Oficina de Multimédia (fotografia digital, edição gráfica, audiovisuais...)	Actividade de produção digital de trabalhos efectuados no âmbito da Oficina de Audiovisuais (Medida II, Acção B); Produção de conteúdos multimédia recorrendo a técnicas de edição de imagem, som, vídeo e animação digital.	10 destinatários e 20 beneficiários	Sede do Projecto	De Julho a Dezembro	Quinta-feira ( das 16h às 17h ) Sexta-feira ( das 16h às 17h )	Afonso Vidal Pinto Vinhas Passos
IV acção c)	Oficina de Introdução Informática (hardware, windows, office, outros softwares...)	Actividade de desenvolvimento de competências mínimas necessárias ao manuseamento de um PC, ao nível do Sistema Operativo Windows, assim como a utilização de algumas ferramentas e programas comuns (MS Office...).	20 destinatários e 10 beneficiários	Sede do Projecto	De Setembro a Dezembro	Terça-feira ( das 14h às 17h ) Quarta-feira ( das 14h às 15h, das 17h às 18h ) Quinta-feira ( das 14h às 16h ) Sexta-feira ( das 14h às 16h )	Afonso Vidal Pinto Vinhas Passos
IV acção d)	Cursos de Informática Certificados	Actividade que pretende certificar os participantes com competências necessárias ao manuseamento e manutenção de um PC, Sistema Operativo Windows, MS Office e Internet (Cursos Currículo UP-Microsoft).	15 destinatários e 10 beneficiários	Sede do Projecto	De Setembro a Dezembro	Quarta-feira ( das 15h às 17h ) Sexta-feira ( das 17h às 18h )	Afonso Vidal Pinto Vinhas Passos
IV acção e)	Escola Virtual (Apoio escolar através de plataformas e-learning)	Actividade de apoio ao trabalho escolar, proporcionando aos participantes a utilização de software e plataformas educativas que acompanhem as suas actividades escolares.	10 destinatários e 10 beneficiários	Sede do Projecto	De Outubro a Dezembro	Sexta-feira ( das 11h às 12h )	Afonso Vidal Pinto Vinhas Passos



V acção c)	Grupo Jovens Activos	Dinamização de actividades lúdico-pedagógicas, no sentido de desenvolver competências pessoais, sociais e relacionais, responsabilizando os participantes pela gestão, organização e dinamização das actividades.	15 destinatários e 5 beneficiários	Escola EB 1 das Campinas/Diversos	Julho, De Outubro a Dezembro	Sexta-feira ( das 17h às 19h ) Quarta-feira ( das 17h às 19h ) Segunda-feira ( das 17h às 19h )	Rui Pedro Sambento Amado, Fábio Miguel Melo Aguiar, Maria Teresa Mansilha da Costa, Cátia Manuela Gonçalves Martins
V acção d)	Mais Comunidade	Dinamização de actividades que promovam um contacto estruturado com diferentes organizações da comunidade visando o alargamento de experiencias e de redes de contacto dos participantes, de forma a potenciar o seu desenvolvimento cívico e social.	5 destinatários e 10 beneficiários	Diversos	Setembro, Novembro	25-09-2012, 27-11-2012	Maria Teresa Mansilha da Costa, Rui Pedro Sambento Amado
V acção f)	Mais Iniciativa - "Eu sou capaz"	Dinamização de acções de sensibilização/formação de forma a potenciar nos participantes competências empreendedoras que possam ser uma mais-valia para o desenvolvimento da sua vida social/profissional.	20 destinatários e 10 beneficiários	Diversos	Outubro	30-10-2012	Maria Teresa Mansilha da Costa, Cátia Manuela Gonçalves Martins

### Observações:



# **Relatório de Avaliação Central do Projecto NC-039 "Projecto Raiz"**

**Janeiro a Dezembro de 2011**





## A. Período do Relatório

Relatório de Avaliação Central nº	77498
Data Início	01-01-2010
Data Fim	31-12-2011
Nº Meses	24

## B. Identificação do Projecto

Cód. de Projecto	NC-039	Zona	Norte e Centro							
Designação do Projecto	Projecto Raiz									
Data de Início	2010-01-01									
Data Fim	2012-12-31									
Nº Meses	36									
Instituição Promotora	Obra Social do Sagrado Coração de Maria									
Instituição Gestora	Obra Social do Sagrado Coração de Maria									
Parceiros	Obra Social do Sagrado Coração de Maria Junta de Freguesia de Ramalde Faculdade de Educação e Psicologia - Universidade Católica Portuguesa Agrupamento de Escolas do Viso Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Salvador de Ramalde Associação de Solidariedade e Acção Social de Ramalde Sociedade de Promoção Social Obra do Frei Gil Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina									
Medidas	I	X	II	X	III	X	IV	X	V	X





## Sumário:

A análise dos 24 meses de intervenção permite perceber que o projeto "Raiz" apresenta um nível de consolidação e maturidade bastante satisfatório. O interesse e empenho dos vários elementos do Consórcio, que se reflete no apoio constante à equipa técnica, quer ao nível do planeamento, quer ao nível da execução das atividades, tem sido fundamental para o sucesso do trabalho desenvolvido.

Este envolvimento ativo do Consórcio terá contribuído, certamente, para a boa execução ao nível dos objetivos específicos. Apenas o OE 2.1. não foi integralmente atingido, embora a sua taxa de execução seja muito positiva (96%), pelo que se considera que numa próxima avaliação o projeto terá fortes possibilidades de atingir a meta pretendida. De salientar o esforço realizado pela equipa no sentido de tornar este OE mais ambicioso, seguindo a recomendação do último relatório de avaliação. Todos os outros OE foram atingidos, sendo que os resultados foram apresentados de forma clara e direta. No entanto, seria pertinente aprofundar o nível de fundamentação através da apresentação de dados mais quantitativos, obtidos através da sistematização dos dados recolhidos pela aplicação dos instrumentos previstos.

No que diz respeito à taxa de execução global do projeto, a mesma continua bastante satisfatória, situando-se nos 113%. Contudo, à semelhança do que se verificou em momentos de avaliação anteriores, a medida IV necessita de um maior investimento, designadamente em atividades como "Escola Virtual (apoio escolar através de plataformas e-learning)" e "Oficina de introdução à informática", cujas taxas de execução se situam abaixo dos 75% (67% e 74% respetivamente).

Quanto à participação constatamos que, genericamente, o número de destinatários e beneficiários supera claramente o número previsto em candidatura. Não obstante, especificando por atividade, existem situações que exigem alguma atenção por parte do projeto. Das 31 atividades previstas para os destinatários, verificamos que 8 (25,81%) não conseguiram envolver o número de participantes previsto. Destas destacamos as atividades de duas medidas majoradas, especificamente "Cursos de Educação-Formação Tipo 1 (certificação 6º ano de escolaridade)" - medida I, b - e "Cursos de Educação-Formação de Adultos - EFA" - medida II, c - cujas taxas de participação se situam nos 30% e 40% respetivamente. Em relação aos beneficiários, 10 (33,33%) das 30 atividades envolveram um número inferior ao estipulado, como a "Escola Virtual" (0%), "Colónias de Férias" (0%) ou "Visitas Lúdico-Pedagógicas" (30%). Será importante reajustar a intervenção garantindo o envolvimento efetivo dos destinatários e beneficiários previstos. Paralelamente apresentam atividades com taxas de participação muito acima do previsto ("Gabinete de Psicologia" - 460% e "Oficina de Multimédia" - 450%), o que pode por em causa a capacidade de resposta do projeto.

No que concerne ao plano de formação, o projeto cumpriu todas as atividades propostas ao nível da elaboração dos recursos escolhas. O recurso apresentado na sessão de validação encontra-se ainda numa fase inicial de sistematização da informação, pelo que se importa aprofundar a narrativa da prática selecionada. Ainda que recomendado, o Dinamizador continua a ter dificuldades em responder de forma regular e efetiva ao plano de formação.

Para finalizar será relevante evidenciar alguns resultados muito positivos destes 24 meses de intervenção: a integração de 52 jovens, em situação de desocupação, em percursos alternativos de educação ou em contexto de emprego estando, dessa forma, o projeto a contribuir para a promoção da inclusão social; o aumento de competências de 38 familiares o que, certamente, irá contribuir para o desenvolvimento equilibrado, autónomo e integral dos respetivos educandos e, por fim, a consolidação do trabalho em parceria, sendo evidente a articulação com instituições como a Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica, o que acaba por validar/consolidar as metodologias e estratégias de intervenção utilizadas pelo projeto.

## Fundamentação

A	Consórcio	Máx.	10
1	Reuniões de consórcio conforme definido.	2	2
2	Participação nas reuniões de consórcio.	2	2
3	Cumprimento com os contributos previstos.	2	2
4	Função de gestão.	1	1
5	Desempenho do consórcio.	2	2
6	Disponibilização de recursos não previstos.	1	1
B	Eficiência	Máx.	9
7	Análise do custo per capita.	4	4
8	Análise do custo por sessão.	2	1



**Relatório de Avaliação Central do Projecto NC-039 "Projecto Raiz. Janeiro a Dezembro de 2011 - Programa Escolhas**




<b>B</b>	<b>Eficiência</b>	<b>Máx.</b>	<b>9</b>
9	Análise do custo por participação.	4	4
<b>C</b>	<b>Eficácia</b>	<b>Máx.</b>	<b>23</b>
10	Concretização geral dos resultados esperados.	18	18
11	Contribuição para os objectivos gerais formulados.	5	3
12	Resultados positivos não esperados.	2	2
<b>D</b>	<b>Execução</b>	<b>Máx.</b>	<b>17</b>
13	Actividades não concretizadas.	5	5
14	Adequação dos horários.	5	4
15	Nível de execução do plano de actividades.	5	5
16	Adequação das actividades às necessidades do público-alvo e do contexto.	5	3
<b>E</b>	<b>Participação</b>	<b>Máx.</b>	<b>15</b>
17	Nível global de participação dos destinatários.	6	6
18	Nível global de participação dos beneficiários.	4	4
19	Nível global de participação dos destinatários em actividades.	2	1
20	Nível global de participação dos beneficiários em actividades.	2	1
21	Análise do nº de sessões por destinatário.	2	0
22	Análise do nº de participantes por sessão.	2	1
23	Participação do público-alvo na consecução do projecto	1	1
24	Assembleias de Jovens conforme definido.	1	1
<b>F</b>	<b>Equipa</b>	<b>Máx.</b>	<b>8</b>
25	Reuniões de equipa conforme definido.	2	2
26	Articulação do coordenador com o Programa Escolhas.	5	4
27	Participação da equipa em acções de formação nomeadamente no âmbito do PE.	3	2
<b>G</b>	<b>Sustentabilidade</b>	<b>Máx.</b>	<b>4</b>
28	Estratégia de comunicação e marketing social.	1	1
29	Implementação de um roteiro de sustentabilidade.	3	2
30	Autonomização de projectos ou actividades por indivíduos da comunidade.	1	1
<b>H</b>		<b>Avaliação</b>	<b>86 - Bom</b>

**Recomendações:**

- Aprofundar a avaliação dos resultados, através de uma fundamentação mais detalhada que tenha por base os indicadores e todos os instrumentos de avaliação previstos em candidatura;
- Equacionar novas estratégias de mobilização dos destinatários e beneficiários para as actividades que apresentam taxas de participação inferiores ao previsto, designadamente nas medidas majoradas (medida I, b e II, c);
- Refletir sobre o desenho do projeto, nomeadamente sobre a periodicidade das actividades que apresentam taxas de execução bastante acima do previsto;





**Relatório de Avaliação Central do Projecto NC-039 "Projecto Raiz. Janeiro a Dezembro de 2011 - Programa Escolhas**

- Reforçar o investimento nas atividades da medida IV, designadamente "Escola Virtual (apoio escolar através de plataformas e-learning)", "Oficina de introdução à informática" e "Cursos de Informática Certificados";
- O Dinamizador deverá reforçar a sua participação em todas as dimensões do plano de formação e investir na sua progressão formativa.
- Reforçar o trabalho já iniciado de construção de um roteiro de sustentabilidade pretendendo-se dar continuidade às dinâmicas de ação em curso.





Data: quinta-feira, 1 de Março de 2012

O/A Coordenador/a de Zona

---

# OFÍCIO

Ref. 797/pc-of/2008	Para: Obra Social do Sagrado Coração de Maria/Colégio Nª Sra. do Rosário
Páginas: 1/2	Exmo. Sr. Dr. João Manuel Ribeiro Trigo
Lisboa, 13 de Março de 2009	Morada: Av. da Boavista, 2856 4100-120 Porto

## Assunto: Avaliação Anual – Recomendações ao Projecto N-053 – “Raiz”.

Exmo(a). Senhor(a),

No seguimento das anteriores avaliações, e cumprindo com o disposto na alínea b) do n.º 3 do Artigo 29º do Regulamento do Programa Escolhas (PE), compete mais uma vez à equipa técnica do PE proceder à avaliação interna, " (...) tendo como referência as metas e os objectivos traçados na candidatura e consolidados com a sua aprovação (...)".

Esta avaliação interna contempla, para além dos mecanismos regulares de acompanhamento e avaliação, a elaboração pelas equipas de coordenação de Zona de relatórios anuais sobre cada projecto financiado pelo Programa Escolhas, os quais deverão incluir, segundo o n.º 7 da supracitada disposição regulamentar, “sugestões de ajustamentos necessários”.

Neste sentido, e tendo em conta o período de dois anos desde o início do vosso projecto, gostaríamos de partilhar novamente as recomendações com o V. projecto, procurando, como já é habitual, a melhoria dos processos, de forma a ultrapassar os constrangimentos detectados.

Alertamos que estas recomendações assumem um carácter vinculativo, pelo que a sua não implementação poderá originar que o Programa Escolhas reavalie o seu compromisso com o V. Consórcio e venha a decidir pela suspensão do financiamento e, nos casos mais graves, pela sua revogação, nos termos previstos no Artigo 21º do Regulamento do Programa Escolhas.

Assim, em termos gerais, a intervenção do projecto “Raiz” no período em análise apresenta uma avaliação global de nível Muito Bom, sendo que os níveis a atribuir são: Muito Insuficiente, Insuficiente, Sofrível, Suficiente, Bom e Muito Bom.

O Projecto “Raiz” tem garantido ao longo dos 2 anos de implementação, resultados bastante positivos. Assim, ao nível do plano de actividades, o projecto apresenta uma execução bastante aproximada ao plano proposto em candidatura. De realçar a boa execução das actividades “Inclusão de Crianças dos Bairros”, “Orientação Vocacional”, “Acompanhamento Escolar Individual”, “Reuniões com Professores/Directores de Turma” no âmbito da medida I, “Oficina de Desporto”, “Clube de Jovens”, “Rede Institucional” e “Visitas Lúdico - Pedagógicas”, no âmbito da medida III.

No âmbito da medida IV, e apesar das actividades a nível geral apresentarem uma tendência para a baixa execução, o n.º de sessões registado no último semestre, apresenta-se muito próximo do previsto, iniciando uma boa recuperação e rentabilidade do espaço CID@NET.

Em termos globais, o projecto “Raiz” já ultrapassou o número de destinatários previstos, tendo abrangido 285 destinatários dos 250 propostos em candidatura para os três anos. No que se refere às faixas etárias, o projecto “Raiz” já ultrapassou o n.º de destinatários previsto para os



três anos em todas as faixas etárias, sendo de referir que no último relatório ainda não tinha conseguido alcançar o nº proposto de jovens dos 11 aos 14 anos (41 dos 40 previstos). Ao nível dos familiares e da categoria “outros”, o projecto “Raiz” apresenta registos de um nº muito aproximado do previsto em candidatura, para os 3 anos de execução - 58/60 e 35/40 respectivamente.

De acordo com a informação apresentada em relatório, o projecto “Raiz” parece ter alcançado de forma positiva os resultados previstos para o 2º ano de intervenção. No entanto, apesar de se notar uma preocupação em tornar a informação objectiva, identificando o universo de destinatários considerados para cada objectivo/resultado, o número de destinatários envolvidos e considerados para efeitos de avaliação, as actividades de base e as competências trabalhadas, o projecto apresenta ainda alguma dificuldade em concretizar os efectivos resultados alcançados. O presente relatório apresenta, assim, uma série de dados quantitativos importantes (já formatados), mas não expressa uma reflexão crítica quanto à evolução do projecto e do respectivo impacto nos destinatários, nem identifica alguns dos constrangimentos/problemas vividos e ou a superação dos mesmos, de forma a espelhar a dinâmica do projecto.

De realçar o investimento realizado ao nível da inserção formativa e profissional dos jovens das faixas etárias mais elevadas, chegando este a concretizar-se através da integração de 14 jovens em cursos CEF e EFA, bem como da integração profissional de 6 jovens.

Numa perspectiva de aperfeiçoamento da intervenção, durante os próximos seis meses deverão implementar as seguintes recomendações:

- Garantir a realização de reuniões de consórcio de acordo com a periodicidade prevista em candidatura. No último semestre de Junho a Novembro foi realizada apenas 1 reunião de consórcio, face a 3 previstas;
- Espelhar, em relatório, toda a dinâmica do projecto, efectuando uma reflexão crítica sobre a intervenção realizada e as necessidades do território de intervenção e identificando os principais resultados alcançados e os constrangimentos sentidos e superados;
- Reforçar o nº de participantes na actividade “Cursos de Informática Certificados” no âmbito da medida IV, acção b), pois até ao momento foram envolvidos apenas 8 de 30 previstos em candidatura.

Com os melhores cumprimentos,

O Director do Programa Escolhas

(Pedro Calado)